

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS DO SERTÃO**  
**CURSO DE GEOGRAFIA**

Gleiton do Nascimento Feitoza

**A MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO NO SERTÃO DE ALAGOAS: A  
MIGRAÇÃO DOS CAMPONESES DA SERRA DO CAVALO/ÁGUA BRANCA E DO  
POVOADO OURICURI/PARICONHA RUMO AO CORTE DA CANA**

Delmiro Gouveia-AL

2018

**GLEITON DO NASCIMENTO FEITOZA**

**A MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO NO SERTÃO DE ALAGOAS: A  
MIGRAÇÃO DOS CAMPONESES DA SERRA DO CAVALO/ÁGUA BRANCA E DO  
POVOADO OURICURI/PARICONHA RUMO AO CORTE DA CANA.**

Trabalho de conclusão de curso (TCC)  
apresentado a Universidade Federal de Alagoas –  
campus do Sertão, como parte dos requisitos para  
obtenção de título de graduação em geografia.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Lucas Gama Lima**

Delmiro Gouveia-AL

2018

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

F311m Feitoza, Gleiton do Nascimento

A mobilidade espacial do trabalho no sertão de Alagoas: a migração dos camponeses da Serra do Cavalo – Água Branca e do povoado Ouricuri – Pariconha, rumo ao corte de cana / Gleiton do Nascimento Feitoza. – 2018.

73 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Lucas Gama Lima.  
Monografia (Licenciatura em Geografia) –  
Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2018.

1. Migração. 2. Alto Sertão - Alagoas. 3. Sociologia rural.  
4. Trabalhadores rurais. . I. Título.

CDU: 316.334.55(813.5)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

AUTOR(A): Gleiton do Nascimento Feitoza

“A mobilidade espacial do trabalho no Sertão de Alagoas: a migração dos camponeses da Serra do Cavalo/Água Branca e do Povoado Ouricuri/Pariconha rumo ao corte da cana.” - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL - Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em de setembro de 201

**Banca Examinadora:**

*Lucas Gama Lima*

(Prof. Dr. Lucas Gama Lima – UFAL /Campus do Sertão)

(Orientador(a))

*José Alegn Roberto Leite Fechine*

(Prof. Dr. José Alegn Roberto Leite Fechine – UFAL/Campus do Sertão)

(1º Examinador(a))

*Aruã Silva de Lima*

(Prof. Dr. Aruã Silva de Lima – UFAL/Campus do Sertão)

(2º Examinador(a))

## AGRADECIMENTOS

O trabalho aqui realizado trata-se de uma conquista da qual por vezes e diante de todas as dificuldades, achei que não conseguiria conceber. No entanto, diante de tudo que passei nesse espaço de tempo que estive na academia, superei todos os empecilhos que surgiram para poder estar realizando e concluindo uma etapa bastante importante pra mim. Durante toda a jornada que passei na universidade jamais esqueci daqueles que proporcionaram esses momentos, dando-me força quando precisei e estando ao meu lado nos momentos tristes e de alegria, e são a todos/as essas pessoas que dedico minha sincera gratidão.

Ao meu bom Deus que sempre esteve ao meu lado e nunca me desamparou. Que sempre guiou meu caminho durante o tempo que me deslocava da minha cidade para a universidade, protegendo não só minha pessoa, quanto os demais colegas.

A toda minha família que sempre me apoiou, minha mãe Cleusa que lutou para que eu frequentasse a escola e continuasse meus estudos. Agradeço também a minha segunda família, minha sogra Nina, meu sogro Zé Gonçalo que foram de uma importância imensurável para que eu pudesse seguir na universidade.

A minha esposa Fátima, pela paciência, compreensão e amor dedicado a mim. Foi ela que nos momentos mais difíceis sempre esteve ao meu lado.

Aos colegas de trabalho que me deram todo o suporte para que eu pudesse fazer os trabalhos, sempre me auxiliando, me dando força, até mesmo exercendo minhas funções sempre que precisei me ausentar. A todas/os minha sincera gratidão.

A minha amiga e comadre Thaís Lima, pela enorme colaboração sempre que à solicitei. Assim como meu amigo e compadre Wilton Silva, por todo o apoio prestado a minha pessoa, enfim a todos os meus amigos, meus sinceros agradecimentos.

Aos professores do curso de geografia, agradeço por todo o aprendizado compartilhado, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Lucas Gama, por todo o suporte teórico e empírico que fizeram com que esse trabalho pudesse ser concluído, além dos conselhos que sempre me deu e que fizeram crescer enquanto acadêmico. Agradeço também ao Prof. Dr. José Aleg Leite Fachine, que além de professor, construímos uma relação de coleguismo da qual para a vida inteira. Enfim, a todos os docentes agradeço imensamente.

Aos meus colegas de sala, o meu muito obrigado por terem me acolhido no meio do curso vindo de outra turma, agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de dividir todos os conhecimentos na universidade. Agradeço em especial a “turma dos amigos”: Dinho, Lucas,

Claudionor, Cícero, André, João, Girllânio, Sidney, Rodrigo e o saudoso Emanuel que não está fisicamente entre nós, mas permanece vivo em nossa memória. Deixo meu obrigado por ter a oportunidade de dividir com vocês os melhores momentos que tive na universidade, e esses foram muitos, tanto em sala quanto nas viagens, levarei vocês sempre na minha memória e no meu coração, e sei que a amizade que construímos irá perdurar por toda a vida. Obrigado meus amigos do peito!

Por último, entretanto, o mais importante, agradeço e dedico esse trabalho a um pequeno ser, que de forma indireta foi o principal responsável por essa conquista, talvez ele não faça ideia devido sua pouca idade, o quanto é importante para mim, porém, no futuro ele saberá que todo o esforço que faço, tudo o que sou, é em virtude dele, costumo dizer que ele é minha melhor parte. Obrigado ao meu filho João Messi, por você existir e dá um novo significado a minha vida.

Por fim agradeço imensamente a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desse trabalho e conseqüentemente na minha formação.

Obrigado!

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma reflexão sobre a mobilidade espacial do trabalho no Sertão de Alagoas, tendo como recorte a migração dos camponeses da Serra do Cavalo/Água Branca e Ouricuri/Pariconha rumo ao corte da cana. Esta pesquisa tem um caráter qualitativo e quantitativo, tendo o questionário como instrumento da coleta de dados. Quanto ao aporte teórico, baseando-se principalmente em uma análise de cunho marxista, onde fizemos usos de Gaudemar (1977), Cardoso (2016), Gomes (2009), Albuquerque (2014), Oliveira (2007), Almeida e Silva (2009) entre outros. A parte empírica baseou-se em visitas as comunidades e a coleta de dados por meio de relatos dos camponeses. Analisou-se o contexto histórico da mobilidade do trabalho no capitalismo, e como os deslocamentos se estabeleceram no Brasil, assim como o processo de subsunção sazonal da classe camponesa ao capital, mas que faz parte do fenômeno denominado recriação do campesinato, que visa a reprodução da classe social. Constatou-se com isso que a migração é parte das estratégias de sobrevivência da classe camponesa, que deixar-se ser subjugada pelo capital. A pesquisa oferece também uma reflexão sobre a singularidade presente nos deslocamentos de cada uma das comunidades, inclusive dos camponeses indígenas sem distinção dos seus fins. Assim foi possível constatar que tanto camponeses da Serra do Cavalo/Água Branca quanto os camponeses indígenas do Ouricuri/Pariconha ao migrarem sazonalmente rumo ao corte da cana, fazem isso como uma alternativa de se reproduzirem enquanto classe social, ou povos tradicionais no caso dos Geripankó do Ouricuri. Dessa forma, a mobilidade nesse sentido é tida como resistência as práticas abusivas do capital. Ao migrar, esses camponeses demonstram o quão é contraditório o sistema de produção capitalista, onde ao mesmo tempo em que tenta afastar o camponês dos meios de produção, cria alternativas de reprodução do seu modo de vida. Nesse sentido o camponês estabelece uma relação social não capitalista dentro do capitalismo mesmo submetido as suas injunções. Assim, o campesinato em um movimento cíclico procura sempre se reinventar e resistir numa sociedade cada vez mais capitalista, recriando-se enquanto classe social.

**Palavras-chaves:** Migração, Camponeses, Capital, Recriação do campesinato, Classe social.

## ABSTRACT

This research presents a reflection on the spatial mobility of the work in the Sertão de Alagoas, with as a cut the migration of the peasants of Serra do Cavalo / Água Branca and Ouricuri / Pariconha towards the sugarcane cutting. This research has a qualitative and quantitative character, having the questionnaire as instrument of data collection. As for the theoretical contribution, based mainly on a Marxist analysis, where made use of Gaudemar (1977), Cardoso (2016), Gomes (2009), Albuquerque (2014), Oliveira (2007), Almeida e Silva (2009)) among others. The empirical part was based on community visits and data collection through peasant reports. Analyze the historical context of labor mobility in capitalism, and how the displacements were established in Brazil, as well as the process of seasonal subsumption of the peasantry class to capital, but which is part of the phenomenon called recreation of the peasantry, which aims at class reproduction Social. It was found that migration is part of the strategies of survival of the peasantry, which let itself be subjugated by capital. The research also offers a reflection on the singularity present in the displacements of each one of the communities, including the indigenous peasants without distinction of their ends. Thus, it was possible to verify that both the peasants of the Serra do Cavalo / Água Branca and the indigenous peasants of the Ouricuri / Pariconha, when migrating seasonally to the sugarcane cutting, do this as an alternative to reproduce as social class or traditional people in the case of the Geripankó of Ouricuri. In this way, mobility in this sense is considered as resistance to the abusive practices of capital. By migrating, these peasants demonstrate how contradictory is the capitalist system of production, where at the same time as it tries to alienate the peasantry from the means of production, it creates alternatives for the reproduction of its way of life. In this sense the peasant establishes a non-capitalist social relation within capitalismo even submitted to its injunctions. Thus, the peasantry in a cyclical movement always tries to reinvent itself and resist in an increasingly capitalist society, recreating itself as a social class.

**Keywords:** Migration, Peasants, Capital, Recreation of the peasantry, Social class.

## Lista de tabelas

Tabela – 01: Principais destinos migratórios e atividades exercidas pelos indígenas (camponeses) Geripankós do Ouricuri, nos últimos cinco anos.....	58
--	----

## **Lista de gráficos**

Gráfico – 01: Tamanho Médio das Propriedades Rurais Pesquisadas na Serra do Cavalo.....	49
Gráfico – 02: Grau de Instrução dos Camponeses Migrantes da Serra do Cavalo para o Setor Sucroalcooleiro.....	53

## **Lista de mapas**

Mapa – 01: Localização da Comunidade Serra do Cavalo/Água Branca – AL.....	48
Mapa – 02: Localização da Comunidade Ouricuri/Pariconha – AL.....	55

## **Lista de siglas**

AL - Alagoas

BM – Banco Mundial

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

OMC – Organização Mundial do Comércio

PE - Pernambuco

SE - Sergipe

## sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. CAPITALISMO E MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO</b> .....	17
1.1 A mobilidade do trabalho camponês no Brasil .....	20
1.2 A mobilidade como forma de exploração da classe camponesa .....	23
1.3 A mobilidade como estratégia de sobrevivência no capital e a figura do Estado. ....	25
1.4 A mobilidade do trabalho e a reestruturação produtiva .....	29
<b>2. A SINGULARIDADE DA MIGRAÇÃO CAMPONESA: ENTRE A AUTONOMIA E A SUBSUNÇÃO FORMAL DO TRABALHO AO CAPITAL</b> .....	34
2.1 A migração de camponeses da Serra do Cavalo e do Povoado Ouricuri .....	47
2.2 Migrações camponesas na Serra do Cavalo .....	49
2.3 Migrações dos indígenas/camponeses no Ouricuri .....	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	63
<b>REFERÊNCIA</b> .....	65
<b>APÊNDICES</b> .....	68

## INTRODUÇÃO

A mobilidade do trabalho no capitalismo tornou-se algo inerente ao crescimento desse sistema de produção. Assim a mobilização de grandes contingentes de trabalhadores faz parte de um conjunto de estratégias do capital para extrair lucros cada vez maiores, por meio da mais-valia seja ela relativa ou absoluta, mas, também, reflete as estratégias da classe camponesa em sobreviver no capitalismo. A partir desse contexto e apoiado numa perspectiva dialética marxista, será analisado como a mobilidade do trabalho irá determinar o funcionamento do modo de produção capitalista desde sua égide, utilizando-se de métodos como a desapropriação de milhares de camponeses por meio da violência, grilagem de terras, assim como, o monopólio do território camponês. Assim, afastados dos meios de produção, os camponeses irão compor grande parte da força motriz de expansão do capitalismo na Europa e posteriormente no mundo inteiro. Nesse cenário é importante destacar que a mobilidade camponesa, ou seja, a subsunção formal ao capital, funciona como um conjunto de estratégias de reprodução da classe dentro do capitalismo denominada como “recriação do campesinato”.

Assim, a pesquisa realizada possui como objetivo geral analisar a mobilidade espacial do trabalho no Sertão de Alagoas, a partir da migração de camponeses provenientes da Serra do Cavalo/Água Branca e Ouricuri/Pariconha rumo ao corte da cana no litoral e zona da mata de Alagoas e Sergipe, como uma manifestação sazonal de subsunção formal do trabalho ao capital, e que tem como estratégia principal a sobrevivência e reprodução do seu modo de vida, como parte do processo de recriação do campesinato.

Para compreender esses fenômenos, a investigação procurou de forma teórica e empírica estabelecer um nexos existente entre o contexto histórico da mobilidade espacial do trabalho no capitalismo e a singularidade presente na migração da classe camponesa com base no conceito de recriação da classe mediante as imposições do modo de produção capitalista. Para isso, a pesquisa desenvolveu-se em dois capítulos que irão discutir dialeticamente essa relação estabelecida.

No primeiro capítulo: “**Capitalismo e mobilidade espacial do trabalho**”, avaliou-se a influência da lógica capitalista na mobilidade do trabalho e suas contradições ao longo da história. Identificando dessa forma, os impactos causados pelo capital no processo de mobilização da força de trabalho nos diferentes espaços, visto que sua expansão ocorre de forma desigual e contraditória, especialmente no Brasil devido à enorme concentração fundiária presente em nosso território. O trabalho vem destacar a mobilidade como forma de exploração da força de trabalho como um todo, porém, tendo como recorte principal os migrantes

camponeses. Aponta também o papel do Estado na consolidação dos propósitos capitalistas, demonstrando essa relação intrínseca existente entre o capital e o Estado.

Ressalta também, as inúmeras mudanças no mundo do trabalho advindas do conceito de reestruturação produtiva, que também fazem parte do contexto teórico da investigação, pois tais mudanças implicam na mobilidade espacial do trabalho, que passou a ser cada vez mais precarizada, devido as exigências impostas pelo capital que visam a lucros cada vez maiores por meio da exploração intensa dos trabalhadores, dando ênfase, sempre, à questão da mobilidade da camponesa.

No segundo capítulo: **“A singularidade da migração camponesa: entre a autonomia e a subsunção formal do trabalho ao capital”**, analisou-se o fenômeno da migração camponesa e as especificidades que a diferencia das demais migrações. Para tal, discutiu-se o conceito de campesinato, e como essa categoria se apresenta no capitalismo, que em meio todas as mudanças ocorridas nos meios de produção procura se estabelecer e se reproduzir. Assim, também analisamos os motivos pelo qual os camponeses migram, um deslocamento que possui sentidos singulares que o difere dos outros trabalhadores. Compreende-se que o irá se assemelhar no processo de mobilidade do trabalho são as formas e os mecanismos que o capital utiliza nas relações de trabalho, que tem por objetivo extrair lucros cada vez maiores, frutos do trabalho não pago.

Nesse processo, a pesquisa procurou conhecer a dinâmica de migração dos camponeses das localidades descritas acima, identificando as nuances que promovem os deslocamentos desses trabalhadores rumo ao setor sucroalcooleiro de Alagoas e Sergipe, principal destino migratório para o trabalho assalariado. A partir do conhecimento empírico, vivenciando o cotidiano nessas comunidades, estabelecer um padrão do perfil desses camponeses, apontando o seu estilo de vida, ora na sua condição própria de camponês, ora na momentânea condição de trabalhador assalariado sazonal. Assim, numa perspectiva da mobilidade da classe camponesa, a migração serve como estratégia de recriação da classe, um conceito que irá torna-se primordial e elemento central dessa investigação.

Dessa forma, o trabalho permite analisar a mobilidade dos camponeses da Serra do Caval/Água Branca e Ouricuri/Pariconha, sob uma perspectiva de sobrevivência dentro do sistema capitalista de produção, no qual esses trabalhadores, apesar de sua autonomia enquanto classe social, também fazem parte desse sistema de produção, ou seja, a classe camponesa não é estática no capital. Pelo contrário, os camponeses se relacionam, criam e recriam estratégias na qual possam preservar seu modo de vida. A mobilidade dessa classe reflete uma possibilidade de reprodução em meio a todas as mudanças que ocorrem nos meios de produção.

A partir dessa concepção, pretendemos com a pesquisas contribuir, por meio de uma discussão que se apoia na dialética marxista, como se dá o fenômeno das migrações camponesas aqui no Sertão de Alagoas, tendo como recorte as localidades citadas, assim como as nuances que permeiam o processo migratório desses camponeses. Mostrando os impactos causados nesse processo, tanto para o migrante, quanto para as famílias deste, já que essa migração implica na condição de vida de todos os envolvidos e fazem parte da tentativa do camponês se recriar mediante as contradições do modo de produção capitalista.

## 1. CAPITALISMO E MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO

Quando o capitalismo passou a estender seus tentáculos sob todas as formas de produção ao redor do mundo, muitas foram as transformações ocorridas no modo societário e especialmente nas relações de trabalho. É importante destacar o sentido do trabalho como sendo fundamental à condição humana, ou seja, é algo ontológico, e é através do labor que o indivíduo estabelece uma relação com o meio, que transcende o campo objetivo dos fenômenos, adentrando na subjetividade humana e sua ligação com o meio natural. Nesse sentido, ao exercer a atividade laboral, o homem se realiza e transforma o seu entorno a partir de sua necessidade. Durante esse processo, ocorre uma transformação da realidade e também do próprio sujeito que realiza o trabalho. De acordo com Fialho e Santos (2011):

A realidade é alterada pelo processo laborativo, pois essa realidade após o trabalho, já não é mais a mesma. Da mesma forma, o trabalho também é transformado, no sentido em que adquire novas habilidades com tal ação social.[...] O trabalho no seu sentido concreto pode ser definido como um processo de realização do ser social, meio pelo qual os sujeitos sociais transformam a natureza e se transformam, dialeticamente. Atividade permeada de sentido, condição para a existência humana (Ibid., p. 3 - 4).

A ascensão da classe burguesa europeia resultou na dissolução do modo feudal de produção, hegemônico até então. Com tais mudanças ocorrendo, a produção fabril ou industrial que passou a emergir, inicia-se um novo desenho dos meios de produção, que irá desencadear o fenômeno dos deslocamentos em massa, no qual a classe camponesa, que até então correspondia a grande maioria da população, torna-se naquele dado momento histórico, a mais afetada com tais transformações. Com um modelo de produção maquinizado porém ainda rude, a necessidade por força de trabalho em grande quantidade tornou-se essencial para expansão do modo capitalista de produção. Todas essas mudanças que aconteceram, em meio aos conflitos e lutas de classe, ainda na fase que precedeu a industrialização, já revelava a barbárie que estava prestes a consumir toda a sociedade. Gomes (2009) ressalta que:

Os capítulos históricos são responsáveis por mostrar como as classes sociais no capitalismo vão constituindo-se e como o capital tem uma origem sangrenta. Ademais, dava conta de como o sistema desenvolve-se e estrutura-se à medida que sua essência transfigura-se de relações comerciais para as produtivas, até chegar ao sistema fabril maquinizado (Ibid., p.39).

O processo de expropriação, ou separação entre o trabalhador, em especial o camponês, e os meios de produção, se faz desde a chamada acumulação primitiva do capital. Cabe ressaltar, que a relação existente até então entre o servo e o feudo demonstra que o camponês apesar de

ter que pagar o tributo referente ao uso da terra, detinha um relativo direito sobre o que era produzido, de modo que essa produção era capaz de atender suas necessidades básicas de sobrevivência, gerando até mesmo pequenos excedentes que poderiam ser comercializados, o que implicava numa renda extra que servia para comprar itens que não conseguiam produzir. Foi a partir da passagem definitiva do feudalismo para o capitalismo, lembrando sempre que o primeiro deu suporte à existência do segundo, que esses direitos lhes foram sendo retirados, na maioria das vezes com o uso da força, assim como a usurpação de terras camponesas, característica que está na base da consolidação do sistema capitalista de produção. Marx (1988) salienta que:

O movimento histórico que transforma os produtores em assalariados, aparece, pois, de um lado, como uma libertação da servidão e da coação corporativa; é este o aspecto que os historiadores veem. Mas, de outra parte, esses recém-emancipados só se tornam vendedores de si mesmos após terem sido despojados de todos os seus meios de produção e de todas as garantias de existência que lhes ofereciam as velhas instituições feudais. Essa história de sua expropriação se acha inscrita com letras de sangue e de fogo nos anais da humanidade (Ibid., p.172).

Desprovidos e afastados dos meios de produção, do qual possuíam um caráter mais participativo do que era produzido, permitindo que o servo ou não-servo pudesse dispor de uma parcela desses meios, começam a se formar contingentes altíssimos de camponeses avulsos, que não tem outra alternativa a não ser abandonar o campo rumo as periferias das cidades, onde se instaurava os complexos industriais. Esses camponeses começam a formar, juntamente com pobres da cidade a classe proletária. Sobre tais transformações, Fialho e Santos (2011) ressaltam que:

Ao mesmo tempo em que o trabalho se configura em uma atividade central na história humana, com o capitalismo, tal processo adquire outro sentido, alterando assim as relações no mundo do trabalho. Essas duas dimensões do trabalho, a saber, o trabalho concreto enquanto atividade de realização do ser social, e o trabalho abstrato enquanto a própria desrealização do mesmo são relações fundamentais para se compreender a questão da mobilidade do trabalho, uma vez que é na esfera do trabalho abstrato, alienado e sem sentido, que tal processo se constituirá enquanto importante estratégia para a acumulação de capital (Ibid., p.4).

É importante ressaltar que mesmo no feudalismo já havia uma relativa quantidade de trabalhadores assalariados que já vendiam sua mão obra para os senhores feudais, contudo é a partir do capitalismo industrial que esses trabalhadores, em especial os camponeses se veem obrigados a se sujeitar, deslocando-se para outros espaços e vendendo a única coisa que lhes resta, sua força de trabalho, já que a terra em que se reproduzia já não atende mais suas necessidades de subsistência, tornando-se insuficiente para garantir a sobrevivência sua e de sua família. A classe camponesa vai aos poucos sendo afastada do campo no decorrer dessas

transformações, e esses camponeses veem sua força de trabalho resumidas a mercadoria que passavam a ser móveis e disponíveis a serem consumidas ou não nas cidades, já que o número de camponeses expropriados era superior ao que demandava a produção capitalista em seu início. Marx (1988) ressalta que:

Todos os homens assim privados de seus meios de vida não poderiam ser absorvidos pela manufatura nascente tão prontamente quanto ficavam disponíveis. De outra parte, bruscamente arrancados de seu gênero de vida habitual, não se podiam ajustar da noite para o dia a disciplina da nova situação. Muitos dentre eles se fizeram ladrões, bandidos, vagabundos, uns por tendência natural, outros – os mais numerosos – por força das circunstancias (Ibid., p.179).

A partir desse cenário se estabelecia um princípio de caos que só tenderia a crescer, o trabalhador até passa a buscar meios inconvenientes de sobreviver, conforme descrito por Marx na citação acima, diante da situação instaurada, em que ele é separado do seu modo peculiar de vida. Marx (1988, p.181) salienta que “a acumulação primitiva é, portanto, esse processo de dissociação entre o produtor e os meios de produção”. Assim, conseqüentemente esses passam a ser explorados através da venda de seu trabalho, tratados como mercadorias supérfluas, livres, expropriados dos meios de produção, formando a grande massa proletária móveis para o capital. Gaudemar (1977) escreve que:

A transformação do dinheiro em capital exige então que o possuidor de dinheiro encontre no mercado o trabalhador livre, e livre num duplo sentido. Primeiro, o trabalhador deve ser uma pessoa livre, dispondo à sua vontade da sua força de trabalho como de uma mercadoria que lhe pertence; em segundo lugar, não deve ter qualquer outra mercadoria para vender; deve ser, por assim dizer, livre de tudo, completamente desprovido das coisas necessárias à realização da sua força de trabalho (Ibid., p. 189).

Essa liberdade, no entanto, possui uma ambigüidade no capitalismo que Gaudemar (1977) aponta como sendo:

Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor a sua vontade: o trabalhador é então considerado como actor de sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não vende e morre (Ibid., p. 189-190).

No capitalismo, a liberdade do trabalhador está estritamente ligada as necessidades impostas pelo capital sobre o indivíduo, que estando à margem da apropriação dos meio de produção revela-se obrigado a vender sua força de trabalho para garantir o básico a sua sobrevivência, ou seja, esse trabalhador torna-se impossibilitado de escolhas que possa realiza-

lo enquanto sujeito social, o que lhe restringe a categoria de trabalhador assalariado. Nascimento (2015) escreve que:

De forma desigual, a migração é um processo excludente em que a mobilidade da população é uma forma que o grande capital encontra para obter mais lucros através da exploração dessa massa de trabalhadores migrantes através de uma população que possa oferecer sua força de trabalho a baixos custos livremente em todo o território (Ibid., p. 13).

Com isso as relações sociais que passam a existir no capitalismo baseiam-se na exploração de uma classe sobre a outra, processo que acontece desde sua égide, quando o capital passa a exercer sua hegemonia sobre todas as formas produtivas.

### 1.1 A mobilidade do trabalho camponês no Brasil

No Brasil, a mobilidade espacial do trabalho ocorre desde o sec. XIX, ainda no processo de acumulação primitiva do capital, que vigora até os dias atuais de uma forma reeditada. Sobre isso, Gonçalves (2002) aponta que “nessa ordem moderno-colonial o pólo ativo é o moderno. Daí dizer-se modernização que é o modo como o moderno se expande por e para outros lugares, regiões e povos”. Stedile (2011) ainda salienta:

O sistema do capital comprador é o conjunto de relações econômicas que atua, quer na produção, quer na distribuição dos produtos destinados ao mercado exterior. Para que as relações econômicas de tal natureza tenham existência material, elas exigem uma rede de empresas e de agentes cuja função, em última análise, é extrair, por processos extorsivos de coação econômica e extraeconômica, inclusive pelos processos da acumulação primitiva, a maior parte possível da mais-valia e do produto dos camponeses trabalhadores (Ibid., p. 108).

Porém os princípios para mobilidade continuam os mesmos, baseado na expropriação por meio da força, assassinatos, grilagem de terra, enfim, monopólio do território camponês, entre outros. Características que fazem parte do sistema capitalista de produção.

No período colonial aqui no Brasil, grande continente de indígenas, negros e imigrantes de vários países da Europa foram obrigados a se deslocar vendendo sua força de trabalho nas cidades e no campo principalmente. É importante ressaltar que no capitalismo mercantil, ocorrido antes de meados do sec. XIX, que precede o industrial, esses deslocamentos ocorriam em forma de escravização desses povos, tanto indígenas quanto negros. Muitos estudos apontam os “portugueses pobres” que viviam no seio das fazendas, como sendo os primeiros a desenvolver uma agricultura campesina no Brasil e que também se deslocavam só que na condição de trabalhadores livres. Stedile (2011) aponta que:

A saída encontrada pelas elites para substituir a mão de obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19 na Europa. E, assim, com a promessa do “eldorado”, com terra fértil e barata, a Coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875-1914, mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa (Ibid., p. 25).

Em qualquer espaço, numa concepção capitalista, a classe proletária é formada por trabalhadores livres, assim essa característica era restrita apenas a portugueses e outros imigrantes pobres que passaram a residir nos núcleos dos engenhos. Os demais como indígenas e negros só vieram compor esse contingente após a abolição da escravidão, antes seu trabalho se realizava de forma compulsória e por imposição.

Cabe aqui ressaltar que no Brasil não houve relações feudais, nem todas as formações territoriais se estabeleceram por meio de desintegração prévia do feudalismo, o surgimento do capitalismo vai se realizar de forma distinta nas várias formações territoriais. De acordo com Mendes (2013, p. 205 *apud* Prado Jr, 1947, p.4):

[O Brasil] Não é assim uma economia feudal, nem “relações feudais de produção” que representam a primeira etapa da evolução histórica brasileira. É uma organização econômica que poderíamos designar por ‘colonial’, caracterizada pela produção de gêneros alimentares e matérias primas destinados ao comércio internacional e fundada (em seu setor agrícola que é o principal) no sistema de plantação, isto é, num tipo de exploração em larga escala que emprega o trabalho escravo (Ibid., p. 4).

No Brasil, as relações eram de trabalho escravo inseridas na produção mercantil, essa condição de trabalhadores cativos só irá ser modificada após a abolição, dando ao trabalhador a possibilidade de escolha.

Entretanto, tal escolha não é possível, os trabalhadores agora livres passam a ver seu principal instrumento de trabalho a “terra” se tornar restrita, algo que ocorre paralelo a sua condição de relativa liberdade, fazendo aumentar ainda mais a concentração fundiária, transformando a terra em cativa. Tudo isso passa ocorrer no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, com a Lei Eusébio de Queirós de 1850 que proibiu o tráfico negreiro e posteriormente com a abolição em 1888 a partir da Lei Áurea. É importante frisar que as relações de trabalho escravo perduram por décadas após a abolição, principalmente no campo.

Apesar dos trabalhadores deixarem a condição de cativos, o seu meio de trabalho é que tornou cativa, no caso a terra, que dessa forma só poderia trabalhar na terra se viesse a adquiri-la por meio da compra ou trabalhando para os latifundiários como foi o caso de muitos camponeses europeus que imigraram e passaram a trabalhar nas fazendas de café no Brasil. Martins (2010, p.154) aponta que “a Lei de Terras de 1850 que juntou num único direito de

propriedade a posse e o domínio, bem como a política de incentivos fiscais da ditadura militar (1964-1985) acabou por tornar a terra cativa”, estabelecendo uma relação mais intrínseca entre a burguesia da terra e capital que passou a se estabelecer ainda mais no campo. De acordo com Costa (2012 *apud* Martins, 2002, p.168) “essa lei já nasce desqualificada na própria origem e na prática de uma política agrária que tinha por objetivo assegurar a expansão da grande lavoura e não a redistribuição de terras”. Dessa forma aumentou significativamente a concentração de terras na mão de poucas famílias que passaram a ser detentores de grande parte dos meios de produção no campo.

Se antes, ainda no regime escravagista que vigorava no Brasil, a relação de trabalho era baseada na imposição, esses trabalhadores agora na condição de livres passam a servir ao capitalismo, por meio do assalariamento por um sistema de produção pujante que se alastrava pela Europa e posteriormente no mundo inteiro. Isso não significa que o campesinato venha a desaparecer, devemos ressaltar que o sistema capitalista de produção se estabelece de forma desigual e contraditória.

Somente a partir da evolução do capitalismo industrial, e das mudanças ocorridas nas relações de trabalho no Brasil, baseado no fim da escravidão ou melhor dizendo, encerramento da permissão legal dessas relações de trabalho, é nesse momento em que começa a se aglomerar grandes massas de trabalhadores agora “livres”, que iram formar o enorme exército de reserva móvel, já que o processo de acumulação capitalista nunca conseguiu absorver todo o contingente de trabalhadores livres no mercado. É importante frisar que, no Brasil o surgimento e o estabelecimento do capitalismo não eliminaram as formações sociais não – capitalistas. Felix (2013) ressalta que:

José de Souza Martins (1986) ao escrever “Os camponeses e a Política no Brasil” analisando a realidade do campo e a questão agrária brasileira, destacou-se pelo entendimento da expansão capitalista no campo e o enfoque que deu aos camponeses. Em sua análise foi desvendando como o modo de produção capitalista é contraditório, as formas de sujeição da renda ao capital, a subordinação do trabalhador e a recriação de formas não-capitalistas de produção (Ibid., p.10).

Houve uma significativa redução das formas de produção não-capitalistas, devido as imposições e perseguições, que em determinados momentos tendem a oscilar, fazendo com que essas formações sociais, a exemplo dos camponeses, tenham movimentos ascendentes e descendentes, mas que continuam existindo, resistindo e se reinventando no caso dos camponeses, mediante a todo esse processo.

## 1.2 A mobilidade como forma de exploração da classe camponesa

O processo de exploração e mobilidade da força de trabalho como mercadoria em geral, baseia-se nos mesmos princípios em todos os espaços - extração da mais-valia, seja ela relativa ou absoluta. Gomes (2009, p.37) afirma que, “o capital só pode ser compreendido como uma relação social em que a força de trabalho, como mercadoria, tem que ser produzida e controlada pelo capital com objetivos de exploração, assim como outra mercadoria qualquer”.

Nesse bojo, pode-se destacar, o crescimento dos deslocamentos da classe camponesa, que passam agora a compor, a engrenagem do sistema capitalista de produção, baseado na acumulação, e na extração da mais-valia, advinda do trabalho não-pago. Essas são características de um sistema de produção pautado na barbárie e na perversidade, que é baseado em um modelo de produção que exclui e desapropria o trabalhador camponês dos seus meios, ou fazendo uso do mesmo por meio da monopolização, para inclui-lo ao modo de produção capitalista, baseado na exploração. Sobre esse fenômeno, Cardoso (2016) salienta que:

Por esse motivo, os resultados destas incursões do capital têm se revelado de forma dramática nas mais distintas formas de expropriação/expulsão do trabalhador da posse da terra, da condição de posseiro/camponês. Por seguinte, a exploração do trabalhador que já foi expropriado, a exemplo da insolvência que se abate sobre o campesinato, vítima dos rearranjos territoriais promovidos pelo capital. (Ibid., p. 233).

A partir desta perspectiva, fica evidente que essa mobilidade se torna imprescindível e principal condicionante para expansão do modo capitalista de produção, por meio da extração da mais-valia, por se tratar o trabalhador como mercadoria com enorme potencial tanto no valor-de-uso, quanto no valor-de-troca. Sobre essa lógica, o camponês tem seu trabalho reduzido à categoria de mercadoria, provida de inúmeras capacidades a serem consumidas pelo capital e de onde ele pode extrair seus lucros. O trabalhador, principalmente o camponês, sujeito alvo dessa pesquisa, passa a ter sua força de trabalho controlada e explorada pelo capital. O seu trabalho é exercido seguindo os ditames e demandas impostas pelo modo de produção capitalista. Assim o trabalho perde seu sentido subjetivo na medida em que o indivíduo perde sua autonomia, sua ligação com o meio, essas mudanças trazem consigo o estranhamento. Nesse aspecto, Gemelli e Carvalhal (2011) apontam:

A finalidade do trabalho não é mais determinada pelo trabalhador, da mesma forma que sua relação com a natureza também é estranha, uma vez que a transforma, por exemplo, não para atender às suas necessidades de sobrevivência, mas a necessidade de acumulação do capital, condição paradoxal, visto que para sobreviver na sociedade capitalista existem duas condições: ser dono dos meios de produção, ou vender sua força de trabalho ao dono dos meios de produção (Ibid., p.46).

A mobilidade do trabalho, torna-se, nesse sentido, algo necessário ao trabalhador, visto que é através das exigências do capital, que estabelece os deslocamentos das massas proletárias, em especial a classe camponesa. Isso não significa que o não - camponês também não seja afetado pelas relações de trabalho no capitalismo, pelo contrário, a classe proletária inteira tem sua força de trabalho reduzida a categoria de mercadoria e é explorada de acordo com as especificidades do capital. Nesse sentido, camponês é afetado de modo singular em virtude de seu vínculo com a terra, que dá condição a sua subsistência, e possui um valor imensurável do ponto de vista subjetivo na relação homem/ natureza. Ao deslocar-se mesmo que sazonalmente, o camponês se estabelece na categoria de trabalhador livre e passa a ter seu trabalho precarizado, pois o deslocamento forçado incorpora todas as formas e sentidos individuais dos trabalhadores, exercendo dessa forma uma relação de dependência e de controle de todas as suas ações. Assim, Gemelli e Carvalhal (2011) ressaltam que:

A mobilidade do trabalho é um reflexo que o capital exerce sobre a força de trabalho, de acordo com seus anseios e necessidades produtivas e expansivas. Logo, a mobilidade do trabalho representa o controle do capital sobre a força de trabalho (Ibid., p.48).

Deste modo, o trabalhador ao se deslocar passa a ter suas ações determinadas pelo capital, seguindo os padrões e exigências pertinentes, que possam atender as especificidades impostas naquele momento. Os deslocamentos são frutos do sistema de circulação do capital, que irá determinar os pontos migratórios que necessitam de um determinado contingente de força-de-trabalho, disposta a aceitar todos as intempéries e imposições às quais serão expostos. Gemelli e Carvalhal (2011) salientam que:

A utilização da força de trabalho é o momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital, devendo submeter-se às formas, variações e transformações da organização do processo de trabalho. Assim, a mobilidade ocorre quando o trabalhador se adapta a tais exigências e mudanças. Por fim, a circulação da força de trabalho ocorre quando se dá a submissão da mobilidade do trabalhador de acordo com as exigências do mercado. Por exemplo, quando a mercê do capital e de suas crises, o trabalhador consegue se deslocar a outra esfera produtiva, sendo o trabalhador sensível a toda variação da sua força de trabalho e da sua atividade (Ibid., p. 53).

Ao analisar o contexto da mobilidade espacial é possível constatar que os deslocamentos humanos em busca de melhores condições sempre existiram, entretanto, essa mobilidade possuía um caráter singular, a “sobrevivência”. Contudo, é no modo de produção capitalista que esses deslocamentos assumem outros significados a partir dos anseios criados pelo capital, que irá redefinir o conceito de mobilidade. Agora, o processo migratório é direcionado sob a

ótica do capital que em uso de todos os seus atributos perversos passa a comandar e por que não dizer “obrigar” o trabalhador a se locomover no espaço, vendendo sua força-de-trabalho como mercadoria a serviço do capital. A respeito da mobilidade espacial Cardoso (2016) afirma que:

A mobilidade territorial foi sempre, em qualquer período e em todas as sociedades, uma característica inerente à vida humana. Por motivos os mais diversos, em todos os modos de produção pretéritos os homens foram compelidos a deslocar-se sobre o espaço geográfico; em nenhum deles, no entanto, tal mobilidade assumiu centralidade e tamanha importância como no capitalismo (Ibid., p.227).

Somente a partir da evolução do capitalismo industrial e das mudanças ocorridas nas relações de trabalho em grande parte do mundo, baseado principalmente no fim da escravidão, ou melhor dizendo, no abandono dessas características de trabalho, nesse momento é que começa a se aglomerar grandes massas de trabalhadores agora “livres”, que iram formar o enorme exército de reserva móvel, já que o processo de acumulação capitalista nunca conseguiu absorver todo o contingente de trabalhadores livres no mercado. É importante frisar que, no Brasil o surgimento do capitalismo não eliminou as formações sociais não-capitalistas, houve uma significativa redução devido as imposições e perseguições que em determinados momentos tendem a oscilar, fazendo com que essas formações não-capitalistas à exemplo dos camponeses tenham movimentos ascendentes e descendentes, mas que continuam existindo, resistindo e se reinventando no caso dos camponeses, mediante a todo esse processo.

### 1.3 A mobilidade como estratégia de sobrevivência no capital e a figura do Estado.

A mobilidade no capital torna-se parte de uma série de estratégias por parte dos da classe camponesa como forma de tentar sobreviver no capitalismo, porém, sem abandonar as características de sua classe social. Ao colocar-se momentaneamente na condição de trabalhador livre, o camponês por exemplo, faz isso de forma consciente, como estratégia, ora pelo fato de tentar complementar sua renda, mas tendo seu pedaço de terra para produzir; ou por ter sido desapropriado dos seus meios de produção.

O segundo caso é um dos princípios fundamentais para que ocorra a mobilidade. Conforme Fialho e Santos (2011, p.5), [...]asseveram, “um dos princípios básicos para o entendimento da mobilidade do trabalho é que os homens devem ser “livres”, isto é, livres de qualquer instrumento para a sua realização (meio de produção), exceto sua própria força de trabalho que será alienada e trocada por um salário”. Esses trabalhadores estão dispostos a se locomover de acordo com os ditames que o capitalismo impõe. Segundo Cardoso (2016, p.229) “o ato de migrar não significa e não implica em liberdade de fato do trabalhador, a “liberdade”

nestes termos é apenas um sonho; a realidade de fato é a migração forçada para o capital”. Assim, o fato de ser um trabalhador livre no capital, não reflete uma liberdade plena, onde dispondo de seu trabalho, irá determinar como usufruir de seus esforços de forma que isso lhe traga satisfação, ao contrário, é neste momento que o capitalismo começa a agir através de todo o aparato que o cerca.

Tendo o Estado como principal aliado, algo que sempre esteve presente nas relações capitalistas, o capital no neoliberalismo, reduz o papel do Estado, passando a definir e a impor como e onde o trabalhador irá depositar seus esforços, além de determinar através de seus mecanismos, todo o controle e estruturação das classes sociais. Gomes (2009) destaca que:

Do ponto de vista institucional, quer dizer, no ambiente externo à produção, as mudanças mais significativas, em nossa opinião, são no sentido de promover maior liberdade às ações dos mercados e agentes privados e menor interferência do Estado na economia (sobretudo na promoção de políticas públicas de Estado que permitam o melhoramento das condições de sobrevivência societal) (GOMES, 2009, p. 43).

É importante ressaltar, que as lutas de classe sempre existiram e continuam presentes em todos os momentos da história, de forma mais incisiva ou não, como uma tentativa de resistir às práticas abusivas do capital. Para isso, é possível afirmar que o capital sempre manteve suas práticas atreladas ao aporte do Estado. Uma relação intrínseca com os anseios burgueses na condição de executor das imposições das determinações do sistema. Mézaros (2011) afirma que:

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno (Ibid., p. 106).

Bizerra e Gois (2014) ainda ressaltam que:

A ação do Estado apresenta-se protegendo legalmente a relação de forças que se estabelece nesse antagonismo. Possibilita as personificações do capital às condições necessárias para a dominação da força de trabalho da sociedade. É necessário acentuar a importância decisiva do Estado na reprodução das relações sociais capitalistas, na sua condição de legislador e de controlador das forças repressivas, protegendo o material alienado e os meios de produção. Essa função assumida se destina a assegurar o poder político conforme os preceitos e princípios estabelecidos pelos interesses dominantes e se mostra fundamental para a constante centralização dos meios de produção e a concentração da propriedade em poucas mãos (Ibid., 2014, p.82).

O capitalismo dessa forma, utiliza de mecanismos perversos, que no caso do camponês pode-se exemplar: a desapropriação de terras baseado na violência; a falta de apoio do Estado para as iniciativas de melhoramento na produção; a grilagem de terra; enfim, esses são alguns

casos que irão promover a mobilidade da classe camponesa, favorecendo dessa forma a exploração de sua mão de obra por meio de jornadas exaustivas, má remuneração e utilização de métodos de trabalho que se assemelham a escravidão. Se analisarmos o sistema capitalista de produção a partir das suas dimensões, no qual a figura do Estado é uma dessas dimensões, pode-se afirmar que juntamente com o capital, irão determinar os rumos do trabalho mediante suas necessidades. O Estado torna-se executor das normas criadas pelo capital, ou seja, dificultando cada vez mais a vida da classe trabalhadora. Cenário esse que só pode e deve ser alterado por meio de levantes. Mézaros (2011) ressalta que:

Dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articulados – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital (...) (Ibid., p.16).

Nesse sentido, torna-se possível afirmar que as ações do Estado no referente a organização do território, baseia-se na adequação desses espaços seguindo a necessidade do capital. Para isso, cria-se todo um aparato que tende sempre beneficiar o capitalista, sendo o próprio Estado moderno o reflexo do sistema econômico operante, que Mézaros (2011) define como:

[...] o Estado moderno é entendido pelo autor como uma estrutura política compreensiva de mando do capital, um pré-requisito para a conversão do capital num sistema dotado de viabilidade para a sua reprodução, expressando um momento constitutivo da própria materialidade do capital. Solda-se, então, um nexos fundamental: o Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário (Ibid., p. 18-19).

Dessa forma, em busca da extração da mais-valia advinda do trabalho não pago, o capital mobiliza grandes massas de trabalhadores na direção onde sua territorialização é aplicada de forma intensa, seja em grandes centros urbanos ou até mesmo no meio rural, sob domínio do capital intensivo e extensivo que ali se instalou. O decorrente disso é uma diáspora dos camponeses de seu lugar de origem, o que faz surgir um maior contingente de força-de-trabalho que passa à ser explorado nesses outros espaços, como é o caso dos camponeses da Serra do Cavalo/Água Branca e do Ouricuri/Pariconha no Sertão de Alagoas, que migram rumo a Zona da Mata e Litoral pra trabalharem no corte da cana de açúcar, devido à impossibilidade de sobreviverem dignamente no seu pequeno pedaço de terra, resultado da imensa concentração fundiária existente, e das inúmeras concessões e ações do Estado, que foram e são determinantes na consolidação das desigualdades do espaço agrário brasileiro.

Essa mobilidade da força de trabalho acontece de acordo com o metabolismo do capital existente em cada lugar. Cardoso (2016, p.232) salienta que, “o sistema do capital não mede esforços para subjugar e subordinar o trabalhador ao seu metabolismo”. Nesse aspecto, a mobilidade do trabalho, ou seja, os deslocamentos ocorrem de acordo com as especificidades e demandas que surgem a partir da mobilidade do capital, que define assim as rotas de migração. Dessa forma Cardoso (2016 *apud* Becker 1997, p.234), assevera que “a mobilidade promovida pelos movimentos do capital, traduzem-se na mobilidade do trabalho, tendo em vista que a produção da mobilidade do capital produz também a mobilidade do trabalho.” Assim, a mobilidade é determinada pela necessidade do capitalismo ao estender seus tentáculos de forma cada vez mais ampla.

Cabe ressaltar no entanto, que mesmo apoiado com todo o aparato do Estado, o capitalismo entretanto não irá extinguir o camponês, ele apenas cria condições desfavoráveis, que fará com que a classe camponesa venha a se reinventar em meio a essas mudanças, e a mobilidade momentânea faz parte desses novos arranjos que a princípio não são benéficos ao camponês, porém necessário dadas as circunstâncias.

Nesse sentido, o trabalhador ao migrar torna-se um sujeito cativo, dependente e desprovido de toda e qualquer tipo de imposição que possa fazer. E apesar dele ter a falsa impressão de liberdade de escolha no tocante ao local onde quer trabalhar, o mesmo não consegue se desvincular da condição de proletário, que por vezes realiza seu trabalho de forma precária, subordinado ao modo de produção capitalista. De acordo com Gaudemar (1977) a apropriação da força de trabalho pelo capital pode ser definida como:

O momento da submissão do trabalhador da mobilidade do trabalhador as exigências do capital. Ela deve prestar-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho. Duração, intensidade, produtividade de trabalho, são as suas palavras chave “[...] a capacidade que permite a força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos sempre crescentes de uma divisão do trabalho cada vez maior” (Ibid., p.153-154).

O reflexo dessa subordinação está na perda de autonomia do sujeito sobre o trabalho que exerce. Tornando-se uma peça dispensável, facilmente substituída pelo exército reserva de força-de-trabalho criado pelo capital, o trabalhador é submetido a deslocamentos constantes, determinados pela necessidade do sistema de produção, que define onde o capital será aplicado e o contingente de mão-de-obra necessário a consolidação de sua vontade.

Ainda sobre a submissão dos trabalhadores, Gaudemar (1977, p. 193) ressalta que “a mobilidade da força de trabalho é assim uma característica do trabalhador submetido ao capital

e por essa razão do modo de produção capitalista”. Dessa forma a mobilidade tornou-se condição necessária à expansão do capitalismo, visto que essa é a peça chave do seu crescimento ao longo de séculos, seguindo em paralelo a fluidez da mobilidade do capital.

No sentido mais amplo referente aos deslocamentos, a força de trabalho tida como mercadoria necessita está em movimento para gerar a mais-valia. Assim, o capital se articula no intuito de extrair o máximo possível do trabalhador. Gemelli e Carvalhal (2011) destacam que:

Nessa conjuntura, o indivíduo é visto como uma mercadoria a serviço do capital, e o seu deslocamento – espacial e/ou funcional – é determinado pelas leis gerais da acumulação capitalista. [...] a mobilidade do trabalho representa o controle do capital sobre a força de trabalho. [...]. Toda estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada (Ibid., p.48).

Ao se apropriar da força de trabalho, o capitalismo tende também a obscurecer as subjetividades dos trabalhadores, dando ênfase a objetividade e a capacidade destes se adaptarem as condições e exigências que venham a surgir ao se deslocarem. Dessa forma o capital consegue extrair a mais-valia por meio daqueles que desenvolvem de forma exemplar o que foi direcionado a fazer. Logo, Gemelli e Carvalhal (2011, p.52) apontam que, “uma das determinações da mobilidade de trabalho é a relação entre o trabalho pago e o trabalho não-pago, que consiste no processo de constituição da mais-valia”. Assim, só interessa ao capital as movimentações da força de trabalho que possibilitem um incremento na taxa de mais-valia. Para isso, o capital passa a se mobilizar no espaço procurando se estabelecer em locais que possam atender suas necessidades pautadas na obtenção de uma expectativa de lucros cada vez maiores, em virtude do trabalho não-pago.

#### 1.4 A mobilidade do trabalho e a reestruturação produtiva

Nas últimas décadas do século XX, o mundo sofreu inúmeras alterações e diante a uma reestruturação no meio produtivo. Nesse cenário, é inegável que a mobilidade do trabalho tenha assumido um porte maior a partir da acumulação flexível, que compila características do fordismo e toyotismo, em um ideário de produção cada vez mais intenso denominado como “reestruturação produtiva”, que tem como base uma concepção de flexibilidade do trabalho, e que rapidamente foi aderido por todos os setores de produção mundial. Essa concepção, também fez com que se elevasse os níveis de informalidade e terceirizações, que fez com que as relações de trabalho se tornem cada vez mais instáveis. Gomes (2009) afirma que:

Algumas mudanças introduzidas a partir da década de 1970, no mundo organizacional, já apontavam para as novas determinações que caracterizariam o funcionamento e as relações sociais de produção. Dentre algumas mudanças, pode-se destacar: a eliminação da interrupção ou de desperdícios de tempo de trabalho ocioso; maior racionalização das operações de trabalho (reengenharia e qualidade total, redução de custos e enxugamento organizacional [downsizing] etc.); flexibilidade; multifuncionalidade da força de trabalho; modelo cooperativo de organização dos trabalhadores no ambiente de produção; descentralização da produção; perda de importância dos sindicatos, devido à fragmentação do processo de trabalho; e aumento substancial da informalidade (Ibid., p.43).

Todas essas mudanças somente refletiram numa maior exploração de força-de-trabalho, que a partir daí, passam a ter seu trabalho ainda mais precarizado, tanto nas formas de produção, quanto na abolição de direitos fundamentais. Além disso, o trabalhador passa a ser responsável pelos seus ganhos, o que implica em jornadas de trabalho cada vez maiores, no intuito de melhorar sua remuneração, o que eventualmente ocasiona uma série de problemas de saúde, levando até mesmo ao óbito.

Outro aspecto importante referente a este novo modelo de produção, denominado por “acumulação flexível” irá implicar nas formas de mobilidade do trabalho. As migrações que se tornam cada vez mais sazonais, muitos trabalhadores chegam a se deslocar várias vezes durante o ano, fato que ocorre devido à instabilidade de alguns serviços, que acabam dispensando o trabalhador antes mesmo do período de experiência, o que possibilita o não pagamento de direitos. Essa flexibilidade, que é marca presente no neoliberalismo, torna o trabalhador uma peça cada vez mais dispensável, o que possibilita explorá-lo ao máximo. Antunes (2014) ainda salienta que:

Se a informalidade (que em nosso entendimento ocorre quando o contrato de trabalho não obedece à legislação social protetora do trabalho) não é sinônimo de precarização, sua vigência (da informalidade) amplia e intensifica ainda mais o processo de precarização. E os mais diversos mecanismos de flexibilização do trabalho têm sido importante instrumental utilizado pelas empresas para burlar a legislação social do trabalho (Ibid., p. 40).

Além disso, o trabalhador ao migrar está submetido a normas de produção que são estabelecidas por metas a serem cumpridas, do contrário os mesmos são mandados embora. Todos esses aspectos atribuem ao trabalhador o sentimento de serem descartáveis a partir do momento em que seu trabalho já não atende mais os anseios do capitalista. Uma violência aplicada ao subconsciente do indivíduo, que passa a ter sua vida atrelada quase em seu todo ao trabalho, demonstrando que o capitalismo incorpora tanto os aspectos objetivos, quanto subjetivos do trabalhador.

Nesse sentido, Gomes (2009, p.47) ressalta que, “o conceito de mobilidade do trabalho, na perspectiva marxista, permite compreender questões fundamentais do processo de

exploração capitalista”. A transformação desses sujeitos em meros vendedores de força de trabalho e o controle sobre essa mercadoria especial são temas centrais para Marx. Nessa concepção pode-se definir por exemplo que os trabalhos que os camponeses que migram rumo ao corte de cana-de-cana, ao fim da safra, e de forma inconsciente possuem o sentimento de dever cumprido, visto que durante o processo de exploração de seu trabalho não foram excluídos. Assim como fazem os que migram para outras regiões, que apesar de serem subjugados e oprimidos pelo capital, suportam todo tipo de exploração devido ao recorrente medo de serem mandados embora.

Essas alterações que resultam na flexibilização do trabalho, acentuam ainda mais a desvalorização do trabalhador, por meio de terceirizações e um acentuado grau de informalidade nos postos de trabalho. Tudo isso só veio possibilitar uma maior exploração do trabalhador, por meio de direitos sonogados; maior carga horária; assim como a intensificação da produção, que exige maiores rendimentos por meio da diminuição do descanso e consequentemente maiores taxas de lucro ao capitalista. Sendo assim, os camponeses de Serra do cavalo e do Ouricuri, constituem, ou melhor dizendo, fazem parte do processo de mobilidade, no momento em que se submetem, ou são submetidos a esses deslocamentos sazonais, que realizam todos os anos rumo a Zona da Mata e Litoral de Alagoas e Sergipe para o corte de cana de açúcar, e que fazem parte da lógica de acumulação capitalista.

Numa concepção dialética é possível entender que a migração para o camponês, envolve uma série de questões que vão além do simples deslocamento. Fialho e Santos (2011) asseveram que:

A questão da mobilidade do trabalho deve ser entendida para além de uma leitura dicotômica entre as relações que permeiam o espaço agrário e o espaço urbano. Trata-se de um processo que abrange a totalidade dos sujeitos que são submetidos às diversas formas de exploração do capital, em todos os espaços (Ibid., p.6).

A exploração em si, começa já na partida e estão presentes nas adversidades encontradas, quando se busca dinheiro para realizarem as viagens. Na maioria das vezes, esses trabalhadores ou ficam endividados e só conseguem sanar tal débito após estarem trabalhando, o que também possibilita que este fique à mercê de tipo de exploração até pagar a dívida adquirida.

O camponês também é obrigado deixar a família por meses, e esses que ficam: mulher, filhos ou até mesmo os próprios pais, passam a cuidar da pequena propriedade que por ventura venham a ter. É desse pedaço de terra que é possível retirar parte do sustento quando não tiver viajando, gerando até mesmo um pequeno excedente que pode ser comercializado. Albuquerque (2014) escreve que:

Os camponeses com pouca terra. Sem ou com pouca tecnologia e assistência técnica, produzem para a reprodução da unidade familiar e destinam pequena margem da produção para o mercado. Atuam no limite das suas possibilidades objetivas. Têm profunda relação com a terra e forte identidade com a região (Ibid., p.454).

Esses são algumas intempéries presentes na mobilidade camponesa e que vão além do trabalho, demonstrando que todos os aspectos de vida do trabalhador são suplantados e redefinidos sob a lógica do capital. Cardoso (2016) afirma que:

Nesse sentido, o processo de mobilidade territorial do trabalho revela o caráter forçado assumido pelos deslocamentos espaciais dos trabalhadores migrantes para o capital, pois este não migra porque quer, havendo toda uma construção relacionada à estrutura social, econômica e política que permite que se apreenda o migrar enquanto um processo socioespacial (Ibid., p.233).

Essa lógica de acumulação como já foi discutida, agravou ainda mais as relações existentes entre capital e força de trabalho, e tornou-se mais destrutivo a partir da década de 1980, onde o discurso neoliberal passou a imperar sobre as formas de produção. Com um discurso baseado numa maior racionalização e reestruturação das normas de trabalho, implicando numa série de mudanças que viriam piorar ainda mais a vida e as condições dos trabalhadores, e dos camponeses em questão. Antunes (2014) aponta que:

A flexibilização produtiva, as desregulamentações, as novas formas de gestão do capital, a ampliação das terceirizações e da informalidade acabaram por desenhar uma nova fase do capitalismo no Brasil. As novas modalidades de exploração intensificada do trabalho, combinadas com um relativo avanço tecnológico em um país dotado de um enorme mercado consumidor tornaram-se elementos centrais da produção capitalista no Brasil (Ibid., p.41).

Esse novo desenho adquirido e aplicado sob a produção, passou a expandir o capital para áreas que até então não estavam sob os olhares do capitalismo. Com a expansão e reestruturação da agropecuária, o termo “agronegócio” passou a ser difundindo no campo de forma cada vez mais intensa, sucumbindo a produção tradicional, e expulsando o camponês de suas terras. O decorrente dessa expropriação e falta de apoio por parte de políticas do Estado, irá elevar o aumento ainda maior do êxodo rural, o camponês passou de forma mais intensiva a buscar de trabalho em outros lugares, como forma de reprodução e manutenção do seu modo de vida.

A mobilidade do trabalho faz parte da necessidade sociometabólica do capital em se reproduzir e que se estabelece de forma contínua, objetivando sempre a extração da mais-valia advinda do trabalho não pago. Nesse sentido, os deslocamentos são direcionados de acordo com

as demandas do capital, possuindo um sentido desigual e contraditório que são marcas do modelo de produção capitalista.

## 2. A SINGULARIDADE DA MIGRAÇÃO CAMPONESA: ENTRE A AUTONOMIA E A SUBSUNÇÃO FORMAL DO TRABALHO AO CAPITAL

Neste capítulo o intuito é analisar a partir da singularidade/universalidade, como a migração camponesa é um fenômeno que apresenta características singulares, ou seja, a singularidade da mobilidade espacial camponesa diferencia-se de outros tipos de mobilidade. O sujeito camponês que se desloca tem por objetivo retornar a sua terra, diferentemente por exemplo, do trabalhador urbano que não possui tal bem que o motive a retornar a não ser rever a família por exemplo. Aqui será analisado a questão da migração camponesa sobre essa perspectiva, de que o mesmo se desloca numa tentativa de reprodução do seu modo de vida campesino mediante a dialética existente entre o moderno e o tradicional, no intuito de compreender esse fenômeno se distanciando da linearidade e procurando entender todo o contexto que permeia o conceito de recriação do campesinato.

Partindo desse pressuposto pode-se analisar que o camponês no sistema capitalista de produção passou a ter seu trabalho apresentado sob dois sentidos distintos: o trabalho real, tradicional, baseado no campesinato e que releva o seu pertencimento e autonomia sobre os meios de produção; e o trabalho assalariado, baseado nas normas e parâmetros capitalistas de acumulação de capital, em que esse trabalhador é subjugado, de acordo com as especificidades que se apresentam, entretanto, são condicionantes a sua reprodução enquanto classe social. Albuquerque (2014) afirma que:

O processo migratório é determinado por causas macroeconômicas, o que não anula o papel de indivíduos e grupos na elaboração de seus projetos migratórios. É o que fazem milhares camponeses todos os anos: confrontam o caráter totalizante do capital, constroem e reconstróem as suas estratégias de reprodução. O campesinato é portador de um ethos particular, cujos códigos de produção e de convivência social contrariam as lógicas gerais do capital. Entre outras coisas, o trabalho familiar constitui a principal força de reprodução da unidade produtiva (Ibid., p.454).

Para compreender o contexto em que o trabalhador camponês se encontra desde de que o modelo capitalista passou a ditar as regras no mundo do trabalho e conseqüentemente das classes sociais em geral, é necessário compreender o conceito de camponês enquanto classe social. O camponês em uma concepção simples refere-se ao indivíduo do campo, ligado ao manuseio com a terra da qual possui um vínculo identitário, e dela retira o básico referente a sua sobrevivência e de sua família por meio da realização do seu trabalho, tornando assim uma classe social autônoma. Oliveira (2006) descreve o camponês:

Como classe *sui generis* do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre o determine (Ibid., p.16).

Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que a classe camponesa possui uma singularidade que a difere das demais classes sociais que são típicas do capitalismo: burguesia e trabalhador assalariado. Assim, qualquer fenômeno que venha incidir sobre esse modelo de vida, acaba implicando numa série de transformações.

Quando se analisa o contexto da classe social camponesa, ao longo do surgimento das relações capitalistas de produção, a mais de um século atrás, pode-se ver que se instaurou uma polêmica acerca do destino dos camponeses, mediante a expansão do capitalismo no campo. Muitos autores, no século XX, influenciados pelos estudos de Lênin e Kautsky ainda no século XI, constatamos que essa classe camponesa viria a desintegrar no capitalismo, restando apenas burguesia e proletariado. Marques (2002, p. 4), afirma que “[...], apoiando-se em Lênin, consideravam que este segmento social estava fadado à extinção e que daria lugar a uma realidade polarizada entre trabalhadores assalariados e capitalistas, pequenos e grandes”.

Os camponeses nesse sentido, seriam apenas manchas residuais, que iriam ser sucumbidos pela presença do capital no campo. Nesse sentido, ou esse sujeito se tornaria um capitalista do campo se permanecesse na terra, e viria a produzir para o capital, ou iria se arruinar, perderia sua terra e se tornaria um mero proletário, tendo apenas sua força de trabalho como mercadoria a ser consumida pelo capital, ou seja deixariam de ser camponeses. Influenciados por essas teses, muitos outros autores século XX irão definir que a luta de classe seria dividida entre burguesia e proletariado, os camponeses nesse caso logo deixariam de existir.

Entretanto, a partir de meados do século XX, passam a surgir os defensores da tese da “recriação do campesinato”. Entre esses autores, pode-se destacar: José de Souza Martins; Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre muitos outros. Martins (2010) salienta que:

Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, esse trabalho assalariado temporário recria o camponês, recria a agricultura familiar no pequeno proprietário; é fonte dessa recriação que se nega a relação salarial já configurada estrutural e objetivamente (Ibid., p.182).

Esses irão afirmar que, os camponeses são classe social que não surgiu no capitalismo, e não necessariamente desaparece, devido à expansão do capitalismo no campo ocorrer de forma desigual e contraditória. Oliveira (2004) aponta que:

[...] Portanto, a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil (Ibid., p. 35).

Nesse sentido, a luta da classe camponesa vai se reescrever em dados momentos da história, fazendo parte do movimento de recriação do campesinato, que procura se estabelecer e se reproduzir no capitalismo.

No tocante, que se refere a recriação do campesinato, pode-se afirmar que, mesmo quando o capitalismo se expande no campo, fazendo uso do assalariamento, da subordinação do trabalhador, ele pode em alguns momentos não fazer uso do assalariamento direto, ou seja, o capital não se territorializa, ele simplesmente pode monopolizar o território camponês, usufruindo do seu trabalho, sem que o mesmo venha perder sua terra, ou seja, o camponês passa a produzir para o capital. Essa é uma das dimensões do processo de recriação do campesinato. Outra dimensão da recriação do campesinato, aponta que o camponês que possui seu pedaço de terra, entretanto não consegue se reproduzir autonomamente, passa a migrar para outros espaços para complementar sua renda, deixando parte da família para cuidar da sua terra, em dado momento de melhoria de suas condições ele pode optar em não se deslocar, ou seja, esse sujeito não deixou de ser camponês simplesmente pelo fato de ter se deslocado. Mesmo que isso ocorra sazonalmente, ele não deixou de ser camponês.

Entre os que defendem essa tese, pode-se destacar nomes como Theodor Shanin (1980), Marta Inez Marques (2002), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1986), (2004), Eliane Tomiasi Paulino (2006) entre outros. Para esses autores, o campesinato sempre continuará existindo na agricultura capitalista por meio da acumulação primitiva ainda presente na reprodução do capital. Em consonância com tal reflexão, Felix (2013) afirma que:

O campesinato deve ser analisado a partir do contexto histórico em que está inserido e da estrutura de sociedade em que se reproduzem. Esses fatores interferem nas formas de produção e na vida social. Dessa maneira, não se pode perder de vista que os sujeitos aqui tratados estão vinculados ao desenvolvimento desigual e combinado do capital; ao desenvolvimento ampliado de reprodução do capital; as políticas de colonização. Esse sujeito não é estranho/desconhecido ao capital, mas necessário para a sua reprodução (Ibid., p.3).

No Brasil um dos problemas referentes a migração camponesa está presente na estrutura fundiária concentrada que abrange grande parte do território brasileiro, e faz parte do contexto histórico que sempre foi baseado na desigualdade existente no setor agrário brasileiro, que aprofunda o fosso existente entre a propriedade camponesa e o latifúndio.

Diante desse cenário instaurado, pode-se afirmar que o que condiciona o camponês a se deslocar é o fato de não conseguir “tirar” do seu pequeno pedaço de terra, caso possua, o suficiente para sua reprodução e sobrevivência. E esses condicionantes, só tendem a se agravar nas últimas décadas, principalmente quando o capital passa a atuar de forma mais incisiva no campo. Como é o caso da reestruturação produtiva do capital aplicada a partir da década de 1970, que eventualmente tende beneficiar o latifundiário, fazendo com que o camponês tenha de se adaptar as situações adversas que se apresentam, ou seja criar alternativas de sobrevivência.

O agronegócio que até então tinha sua cadeia produtiva mais voltada a agricultura extensiva e intensiva atrelada ao latifúndio, passou a estender seus tentáculos sobre a produção familiar camponesa, sobre o paradigma de inserir todos nos novos moldes de produção voltados a acumulação de capital e melhoramento das condições de vida no campo. A partir dessa concepção meramente capitalista, Rodrigues (2016) escreve que:

O agronegócio é demonstrado como o redentor do campo brasileiro, que traria o progresso e a modernidade, com a integralização do uso de técnicas ao cotidiano do trabalhador, a criação de postos de trabalho e a substituição das relações atrasadas por condições de trabalho dignas (Ibid., p.33).

Porém, é importante ressaltar que o capitalismo no campo ocorre de forma desigual e contraditória. Desigual porque o capitalismo nem sempre irá investir de forma homogênea em todos os espaços, e é contraditória porque o capitalismo não se expande necessariamente se territorializando, ele também pode monopolizar o território através de relações não-capitalistas. Oliveira (1986) salienta que:

O capital monopolista, embora tendo no campo um setor de baixa rentabilidade, lá se implanta, mesmo naqueles setores onde o tempo de produção é muito maior que o tempo de trabalho (a razão estrutural do surgimento do bóia-fria). Nesse processo temos o monopólio da produção, ou seja, a circulação está dominada pela produção alias dentro do mecanismo lógico do capitalismo na indústria (Ibid., p.52).

A modernização como um todo, e eventualmente no campo, faz com que o camponês passe a vivenciar uma dinâmica produtiva diferente. Thomaz Júnior (2005) salienta que:

Nos campos esses fundamentos se expressam em nível mundial de forma também contundente e diferenciada, amparados, pois, de forma mais ou menos direta ao modelo agroexportador vinculado aos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI), e no regime de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). [...]. Assim, a reprodução de formas de produção como a praticada pelos camponeses são rechaçadas, mesmo que haja determinados interesses econômicos no seu formato estruturado no trabalho

familiar, todavia tem subordinado seu processo autônomo de geração de renda e de excedentes (Ibid., 2005, p.3).

Esses novos agentes econômicos, citados acima, passam a atuar na reprodução desses espaços, fazendo com que o trabalhador camponês tenha sua sobrevivência e de sua família ameaçada, potencializado assim, o processo de mobilidade forçada do trabalho rumo a lugares em que o capitalismo se territorializa, ou se reestrutura de forma mais intensa, como é o caso da indústria sucroalcooleira em Alagoas e Sergipe. Esses espaços, necessitam de mercadoria humana por meio de sua força de trabalho, como condição necessária à sua reprodução. Os deslocamentos, no entanto, apesar de fazerem parte do processo de consolidação do capital sobre uma determinada parcela do território, também fazem parte das mudanças ocorridas a partir do conceito de recriação do campesinato brasileiro, visando alternativas de reprodução do seu modo de vida.

O camponês ao se sujeitar ao capital não abandona suas características, apenas estão objetivando uma melhor condição de vida em um sistema produtivo que apresenta um caráter de desenvolvimento desigual e contraditório do capital. O capital, neste estudo de caso específico, incorpora sazonalmente grande quantidade de força de trabalho, que são direcionados para essas áreas, onde ele está consolidado. Como é o caso da região sucroalcooleira do estado de Alagoas e de Sergipe, que eventualmente mobiliza milhares de trabalhadores para esses espaços, entre eles, os camponeses da Serra do Cavalo/ Água branca e Ouricuri/ Pariconha – sertão do estado de Alagoas, que se deslocam sazonalmente rumo ao corte da cana.

Contudo, os deslocamentos ou migrações da classe camponesa, estão, na maioria das vezes, diretamente relacionadas as mudanças ocorridas no espaço agrário global e conseqüentemente no Brasil. Rodrigues (2016) aponta que:

Essas novas espacialidades estão associadas à criação de novas redes e hierarquias entre os lugares, em que novos padrões, agentes e processos atuam na produção do espaço, mas que são entendidos dentro da dinâmica da questão agrária criada no seio da reprodução do modo de produção e as “novas” formas de exploração do trabalho, com sua precarização, ligação à técnica, mas que, a nosso ver, não se renovam quanto à lógica do capital, que continua ortodoxo no sentido de permanecer com sua única lógica de acumulação, apesar de seguir renovando os seus meandros (Ibid., p. 83).

Todas essas nuances corroboram para que o campesinato, baseado na produção tradicional passe a viver sob o dilema que consiste em adaptar-se a esse novo modelo de produção, inserindo novos componentes técnicos e químicos e até mesmo a utilização de força-de-trabalho assalariada, sob o conceito intitulado por “Agricultura Familiar”. Tomaz Júnior (2005) diz que:

É importante destacar que a aceitação paradoxal por parte do capital do ser camponês está dimensionada pelos regramentos do padrão hegemônico de desenvolvimento rural que determina a adoção de formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da preponderância da organização familiar do trabalho (Ibid.,2005, p.3).

Entretanto, sob o conceito de “agricultura familiar” que passou a ser vinculado a partir da década de 1990, o camponês já não é mais esse sujeito autônomo, trata-se simplesmente de alguém que não consegue viver da terra. O agricultor familiar, no entanto, passa a integrar tecnologia na produção, fazendo uso de agroquímicos, ou seja, que produz para o capital. Os defensores dessa tese apontam essa diferenciação no campesinato, na qual, uma parte dos trabalhadores continuam a serem camponeses e outra são denominados agricultores familiares.

No tocante a essa diferenciação, pode-se analisar que os defensores dessa tese acabam por tentar negligenciar o papel centralmente político da categoria camponês, baseada numa história de lutas que se perpetua desde a metade do século XX no Brasil. Dessa forma torna-se um equívoco afirmar tal diferenciação, ao alimentar esse discurso ideológico, acaba-se enfraquecendo a classe camponesa. O agricultor familiar não deixa de se camponês porque aplicou técnicas na sua produção, ele está apenas se relacionando, visto que a classe camponesa não está isolada no capitalismo, essa sujeição deve ser analisada como sendo um tipo de resistência. O camponês se sujeita ao mercado capitalista de produção, e essa eventual aceitação aos ditames do capital, não faz com que o camponês perca suas características identitária e cultural com a terra. Assim, Marques (2002) aponta que:

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de forma de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamentos”, ora à sua reprodução enquanto camponês (Ibid., p.2).

Dessa forma, ao se locomover em busca de trabalho, cria-se essa dualidade em que o indivíduo ora camponês, passa a condição de trabalhador assalariado em determinadas ocasiões como parte das contradições existentes no capitalismo. Na tese da recriação do campesinato, ao aderir momentaneamente a condição de trabalhador assalariado, o camponês a faz como forma de sobrevivência e manutenção do seu modo de vida.

No Brasil esse processo que ocorre dos deslocamentos de camponeses é histórico. De acordo com Rodrigues (2016).

O deslocamento de força de trabalho pelo espaço a partir da migração de trabalhadores se relaciona com os momentos do capital e suas necessidades criadas a cada contexto

histórico. Então, as características do modo de produção e sua apropriação do espaço para sua reprodução são parte do entendimento do movimento migratório de camponeses no Brasil (RODRIGUES, 2016, p.84).

Pode-se analisar esse processo migratório camponês, tendo como base os povos tradicionais como indígenas, quilombolas e brancos pobres que vieram com a burguesia europeia e eram responsáveis pela produção camponesa dentro dos engenhos.

Contudo os deslocamentos em massa dos camponeses no Brasil irão ocorrer a partir da Lei de terras de 1850, que paulatinamente passou a aumentar o contingente migratório no país, por meio da grande concentração fundiária estabelecida.

Num contexto mais atual, a partir década de 1970, o processo de expropriação e migração do camponês foi crescendo de acordo com as especificidades que foram criadas pelo capital. No Brasil, os deslocamentos para as regiões concentradas se intensificaram, principalmente para a região Sudeste, que recebeu um contingente considerável de camponeses principalmente da região Nordeste. Antes, ainda na década de 1940, a Marcha para o Oeste ocorrida na Ditadura do Estado Novo, no período Vargas, assim como, o Ciclo da Borracha no Norte ocorrido no final do século XIX, também foram marcos da mobilidade do trabalho no Brasil, englobando trabalhadores de todos os cantos do país, a maioria desses homens do campo começaram a difundir um processo de urbanização e industrialização, devido à impossibilidade de retirar o sustento da terra, foram obrigados a migrar para essas regiões que.

Rodrigues (2016, p. 87) ressalta que “na verdade, até mesmo regiões do país que comumente eram tidas como de repulsão assumiram novos papéis, tornaram-se atrativas por uma dinâmica do capital que se produziu nesses espaços”. Os movimentos migratórios voltados a esses espaços fizeram parte dos maiores fluxos dos trabalhadores do Brasil.

A mobilidade do trabalho que ocorre por parte dos camponeses da Serra do Cavalo e Ouricuri para o setor canavieiro, não difere de qualquer outro tipo de migração, já que o capitalismo ao mobilizar a classe trabalhadora, utiliza-se dos mesmos métodos como forma de suprimir o sentido real do trabalho, a diferença se encontra na intensidade com que isso acontece. Cardoso (2016, p. 232) afirma que “as migrações em qualquer dimensão escalar são, via de regra um processo determinado, sobretudo pelos aspectos econômicos e políticos, essa afirmação ganha corpo quando estudamos a mobilidade humana no sistema metabólico do capital”.

No caso da agroindústria sucroalcooleira essa mobilidade assume um caráter ainda mais perverso para o trabalhador, devido as condições negativas a qual esses ficam expostos. A mobilidade torna-se algo necessário a sobrevivência, e compulsório nesse sentido, em virtude

do tipo de trabalho que será realizado, na maioria das vezes é análogo ao trabalho escravo, baseado no esforço descomunal aferido na sua realização, e que compõe apenas uma parte das intempéries enfrentadas pelos trabalhadores ao migrarem.

Numa concepção clássica ou neoclássica, a mobilidade é tida como algo positivo no que se refere a opção do trabalhador se deslocar em busca de melhores condições de vida sendo que o capitalismo permite esse estado de liberdade. Entretanto, quando o camponês se desloca, fica sujeito a todo tipo imposição, o fato de migrar em busca de trabalho, o camponês o faz de maneira consciente, a alienação ao capital em determinados momentos, faz parte do processo de recriação do campesinato, que trata a migração como algo necessário, porém, esses trabalhadores têm consciência que na verdade o sentido do trabalho que irá realizar em outros espaços difere do modo de vida camponês. O camponês, caracteriza-se como indivíduo autônomo, realizado no sentido de suas ações. E essa realização na condição de trabalhador assalariado não pertence a esse trabalhador, e sim ao capital, são as vontades do capital que irão está em primeiro lugar.

Segundo Pant e Moreira, (2016, p.3) “nesse prisma, o espaço deixa de ser um espaço social de liberdade individual, e passa a ser compreendido como um espaço resultante da estrutura capitalista, onde o protagonista é o capital”. Dessa forma o camponês na condição de assalariado sazonal, passa a ser subjugado, explorado e vê seu trabalho sendo transformado em algo que não o pertence, ficando a margem do que é produzido.

Mesmo havendo essa relação contraditória entre o camponês e o capital como forma de recriação, a sujeição em dado momento não condiz com as características impregnadas no camponês, o que acaba ocasionando os conflitos de classe que se tornaram bem mais presentes nas últimas décadas, o que demonstra a insatisfação da classe camponesa diante dos disparates existentes no modo de produção capitalista, que de forma perversa vem usurpando e tornado cada vez mais difícil a vida do camponês no seu espaço e fora dele. É importante sempre destacar que o Estado por sua vez, sempre atuou e atua incisivamente para que o os interesses do capital possam prevalecer. Mézaros (2011) salienta que:

Por ser o Estado representante dos interesses da burguesia, o Estado moderno, compondo a materialidade do sistema do capital, se articula na estrutura da ordem sociometabólica capitalista. São, em última instância, o nível e a dinâmica de desenvolvimento do sistema de reprodução capitalista – buscando manter sua lógica: orientado pela acumulação e pela expansão (Ibid., p. 100).

Ao expandir suas ações no campo, o capital passa a promover inúmeras mudanças que implicam numa série de dificuldades que irão afetar o modo de vida camponês. Esses

trabalhadores, tendem a se dispersar momentaneamente rumo a outros espaços onde possam ser explorados ou vender sua força de trabalho. Rodrigues (2016) salienta que:

O fluxo intenso de trabalhadores se torna importante para o rebaixamento dos salários nas regiões de destino, mas também é importante situar a condição de escassez, sobretudo com um quadro de pobreza e de dificuldades de acesso às estruturas sociais, como escolas, saúde etc. nas regiões de origem desses trabalhadores (RODRIGUES, 2016, p. 19).

Nessa condição, os camponeses que migram geralmente são leigos ou desconhecedores sobre questões que envolvam seus direitos, o que viabiliza o processo de exploração e precarização do trabalho.

Vale ressaltar que o capital também utiliza da força de trabalho camponesa por meio do monopólio do território. A aplicação de insumos agrícolas, maquinário e sujeição da renda da terra, fazem parte das estratégias produtivas do capital, baseadas na sua inserção cada vez maior no território camponês. Entretanto, ao produzir para o capital, esse sujeito passa a enfrentar todos as intempéries que envolve a produção capitalista, como aponta Oliveira (2007).

Ou seja, o camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, tornar-se-ia vítima ou fruto desse processo, pois ficaria sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros (para poder ter acesso à mecanização, por exemplo) e aos baixos preços que os produtos agrícolas alcançam no momento das colheitas fartas. Assim, muitas vezes a grande produção pode ser sinônimo de falência, em função da queda dos preços no mercado (Ibid., p.9).

A mobilidade da força de trabalho camponesa aqui tratada é decorrente de um conjunto de fatores históricos, dentre eles a concentração fundiária é um dos principais, que tende a prevalecer o grande capital em detrimento da produção tradicional. Esse fator por exemplo trata-se de uma das nuances que estão presentes nas comunidades Serra do Cavalo e Ouricuri, entretanto cada qual com suas especificidades.

A mobilidade neste sentido assume as mesmas características, entretanto, as motivações que levam o camponês a migrar podem apresentar particularidades locais que se assemelham por vezes, mas que parte de cada indivíduo. Porém, será o fator sobrevivência que irá conduzir o camponês a estar sempre se locomovendo. Rodrigues (2016) salienta que:

A necessidade de movimento é advinda de uma necessidade de sobrevivência, em que as situações econômicas são parte da força motriz do deslocamento. Isso coloca o deslocamento do trabalhador no âmbito da sua economia e das implicações da sua estrutura produtiva (RODRIGUES, 2016, p. 27).

Um fator que nos permite compreender grande parte das migrações camponesas está relacionado a grande concentração fundiária que existe no Brasil, o que ocasionou uma

redução das terras em que ocorria o plantio tradicional, fazendo com que o camponês utilize várias culturas de plantio ao mesmo tempo no minifúndio, acarretando o esgotamento do solo, que implica numa diminuição da produção. Nesses casos, o camponês já não consegue tirar da terra o necessário à sua subsistência e de sua família durante o período em que se encontra na sua localidade. O decorrente disto é a migração para outros lugares ou até mesmo vender sua força de trabalho na própria localidade por meio de diárias. Geralmente essas diárias efetuadas por esses trabalhadores são para vizinhos ou fazendeiros da região, o que se caracteriza como mobilidade do trabalho camponês, já que o mesmo tem de se locomover para exercê-lo. Na maioria das vezes, esse trabalho revela-se explorado e sob condições precárias. Rodrigues (2016, p.33) aponta que, “a necessidade de o trabalhador conseguir sua sobrevivência faz com que este aceite as piores condições de trabalho”. Tudo isso revela o estado ao qual a classe camponesa está submetida diante das contradições de um sistema que a subjuga a um estado de carência constante, salienta ainda, que “as situações de carência, pobreza, falta de recursos fazem com que se vislumbre formas adversas do trabalhador tentar sobreviver, inclusive, submetendo-se às piores formas de exploração” (Ibid., p. 34).

Outra característica das migrações camponesas revela-se quando esses deslocamentos ocorrem para outros lugares, a exemplo das grandes cidades. A maioria desses trabalhadores oriundos dos sertões do Brasil passa a viver nas periferias das grandes ou médias cidades, vivendo de forma humilhante, sob descaso do Estado, assim, tem sua força de trabalho explorada pelo capital como trabalhador assalariado, porém, devido à instabilidade existente no trabalho contemporâneo, logo podem passar a compor o gigantesco exército de reserva criado pelo capital e que está presente na maioria dos centros urbanos. Sobre tal fenômeno, Oliveira e Marques (2004) escreve que:

O camponês migrante experimenta a condição de proletário na cidade grande e isso muda a sua visão do mundo. Tal processo abrange desde a vivência da condição de trabalhador que se sujeita a um patrão até, por outro lado, a descoberta da greve e dos movimentos sociais. Na cidade o indivíduo é mais um em meio à multidão, um João-ninguém que não tem a quem recorrer. Tais fatos se contrapõem ao modo de vida camponês sertanejo, marcado pela autonomia do trabalhador e pela existência de uma rede solidariedade, formada por parentes e vizinhos (Ibid., p.146).

Esse tipo de migração revela um caráter mais crítico dos deslocamentos camponeses, pois muitos que migram para as cidades não possuem mais a terra no seu lugar de origem, diferente do tipo de migração que tratamos nesta pesquisa, voltada ao conceito de recriação e baseada na reprodução do modo de vida campesina.

Dessa forma, o fenômeno da migração camponesa para o agronegócio canavieiro aqui é tratado e tido como uma forma do camponês se reproduzir e manter-se como classe social. Entretanto, vale ressaltar que nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, o setor canavieiro sofreu algumas mudanças no meio de produção, que tem afetado o trabalhador de forma ainda mais negativa. Rodrigues (2016, p. 39) aponta que, “por exemplo, o trabalho no corte da cana-de-açúcar tem sofrido inúmeras transformações oriundas da inserção de maquinário nessa atividade e que são aceitas como uma das maneiras de modernizar essa atividade”. Essas modernizações, fizeram com que o trabalhador passasse a ser cada vez mais explorado devido as exigências impostas pelo novo modelo de produção baseado no cumprimento de metas a serem alcançadas. Ou seja, o camponês que migra para esses espaços precisa atingir essas metas de produção se quiserem continuar trabalhando, o que ocasiona jornadas de trabalho maiores e conseqüentemente um desgaste físico ainda maior.

Esses camponeses se deparam com uma das piores condições de trabalho e até mesmo de sobrevivência nesses lugares, devido ao modo arcaico das relações existentes entre capital e trabalho ali presentes. O camponês agora, na categoria de cortador/a de cana, passa a ser, como afirma Rodrigues (2016, p.43), “o trabalhador limitado de direitos, sem perspectivas e numa hierarquia social perversa é percebido como subalterno em todas as esferas, desde a pública até o círculo privado”. Tal afirmação se faz pertinente, pelo fato de que todas as ações implicam em dificultar cada vez mais a vida do camponês na condição trabalhador assalariado, parte das duas esferas, tanto a pública, na figura do Estado, quanto a privada. Na maioria das vezes, os camponeses buscam nesses espaços garantirem melhores condições de vida para ele e para sua família que ficou em sua terra, e é sobre essa perspectiva que o capital irá desenvolver suas práticas perversas. Como resalta Rodrigues (2016, p.97), “que individualmente, esse deslocamento é para o sujeito a busca por melhores condições de vida a partir da sua inserção no mercado de trabalho e estruturalmente é para o modo de produção um mecanismo essencial para a reprodução do capital”. Assim, o capital ao se apropriar da força de trabalho do camponês, irá utilizar-se da subjetividade e objetividade do indivíduo para impor sua vontade.

A singularidade presente desta forma nas migrações camponesas, tem seu alicerce fundado exatamente no processo de recriação do campesinato. Marques (2004, p.152) afirmam que “O campesinato é uma classe social que se insere na sociedade capitalista de forma subalterna. Ela é caracterizada por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória”.

Entretanto os deslocamentos baseiam-se também na expropriação ou redução de suas terras e conseqüentemente de sua produção, decorrente da inserção do capital no campo, que

tem como pretensão reduzir incisivamente o modo de produção tradicional ou adapta-lo aos moldes do capital; ou em alguns casos utilizar relações não-capitalistas por meio do monopólio das terras camponesas, o que demonstra que nem sempre o objetivo final do capital é a extinção do camponês. Para Oliveira (2007).

[...] o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste, como querem as duas correntes anteriores. O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar (Ibid., p.11).

É necessário frisar que a falta de políticas públicas por parte do Estado sempre fora responsável por esse fenômeno devido as relações intrínsecas que sempre foram mantidas entre capital privado e o Estado. A falta de incentivos à produção camponesa e o aparato dado ao agronegócio, são fatores determinantes para os deslocamentos dos camponeses, sejam esses rumo a lugares distantes ou no próprio entorno, na condição de trabalhador assalariado. Nessa dualidade, o camponês não consegue se impor como um indivíduo autônomo no seu trabalho, assim como na condição de trabalhador assalariado, esse indivíduo não consegue se estabelecer. De modo que a migração sazonal em dadas circunstancias torna-se inerente a sua sobrevivência. Rodrigues (2016) afirma que:

O assalariamento temporário nas atividades de expansão da fronteira passou a exigir que os fluxos migratórios obedeçam a esse padrão, se tornando movimentos populacionais de ida e vinda. Na verdade, essa dinâmica de retorno, e da necessidade constante de mobilização de mão de obra, faz com que haja novas formas regionais de proletarização e semiproletarização da população, de forma que ao mesmo tempo em que consigam sua subsistência por parte do ano, sua reserva não permite que eles excluam a possibilidade de migrar. (Ibid., p. 102).

Nesse sentido, o modo de produção capitalista, cria uma espécie de dependência do camponês, que acaba sendo levado a migrar na condição de proletário quando necessário, e retornar ao campesinato, e devido à fragilidade da produção não consegue se manter, ou manter sua família, o que irá novamente conduzi-lo a migrar. Esse processo é determinado pela lógica do capital e suas especificidades, que tente cada vez mais, através de seus mecanismos, descentralizar o trabalho, em especial, as formas tradicionais, conduzindo um fluxo de deslocamentos cada vez maior nas últimas décadas. Thomaz Jr (2005) aponta que:

No âmbito da crítica marxiana à economia política notamos que sob a vigência e mando do capital o trabalho estranhado é, por consequência, (des)efetivação,

(des)identidade, e (des)realização, especialmente nos últimos tempos com a crescente e intensa mobilidade de formas de expressão e da plasticidade do trabalho vivenciadas pelo trabalhador diante dos signos imperantes do século XXI (Ibid., p.9).

Nesse âmbito, devemos destacar que as mudanças ocorridas, faz com que o camponês ao vender sua força de trabalho migrando ou não, estará alterando o sentido do trabalho. Na condição de camponês, o trabalho é tido como realização completa tanto no caráter objetivo quanto subjetivo, diferentemente do trabalho assalariado, onde tem sua força-de-trabalho subjugada por meio da exploração. Assim, a migração sazonal, mesmo fazendo parte de um conjunto de alternativas para se manter no capitalismo, reflete uma violência no tocante ao sentido que o trabalho tem para camponês. Um trabalho que gera estranhamento diante do caráter abstrato que ele assume no capital.

As migrações camponesas refletem, para o capitalismo, o condicionamento dessa classe social em proletários, que implica também no enfraquecimento das lutas de classe em determinados momentos e fazem parte das contradições do sistema capitalista de produção, que cria todas as condições desfavoráveis ao trabalhador, deixando-lhe na iminente situação e necessidade do deslocamento. Cabe destacar que, ao migrar, o camponês não perde suas características, mesmo está na condição de trabalhador assalariado existe um propósito vinculado a sua reprodução como camponês. Entretanto, consideramos que quando o camponês é desvinculado dos seus meios de produção, não fazem de forma harmoniosa, e sim devido as necessidades a qual foram colocados. Essa autoafirmação camponesa de identidade com a terra, demonstra que mesmo se submetendo aos ditames do capital a classe camponesa demonstra resistir. Thomaz Jr (2005) afirma que:

Se não entendemos esse processo pelo viés da dialética existente entre negatividade/positividade, e por via de consequência a potência emancipadora do trabalho, que ao negar a sociedade do capital se afirma enquanto ator-sujeito transformador, não nos será possível defender sua centralidade como pressuposto para a construção de uma sociedade anticapital (Ibid., 2005, p.9).

Dessa forma, é possível concluir que as migrações camponesas se fazem diante de uma série de implicações que irão determinar a busca de sua reprodução em outros lugares, a exemplo, dos camponeses da Serra do Cavalão e Ouricuri, que migram rumo ao corte da cana no litoral de Alagoas e Sergipe, e não somente no corte da cana, como também em outras funções do setor como: agenciadores, cozinheiros, juntadores da cana cortada. Enfim, todos os que migram para a indústria sucroalcooleira são explorados com maior ou menor intensidade e tem sua força de trabalho determinada pelas normas de produção capitalista, que diante de toda reestruturação, a qual foi submetida, passou a agir de forma cada vez mais incisiva, modificando

e acentuando ainda mais o fosso criado entre o trabalhador e os meios de produção. Procurando extrair lucros cada vez maiores, conseqüentemente causando a exploração do trabalhador, em especial o trabalhador camponês na momentânea condição de proletário.

## 2.1 A migração de camponeses da Serra do Cavalo e do Povoado Ouricuri

A migração camponesa faz parte da dinâmica do capital que consiste numa mobilização da força de trabalho rumo aos espaços onde o capital se territorializa, ou somente monopoliza o território, mas também faz parte do processo de recriação do campesinato, que nas últimas décadas vem criando estratégias de reprodução do seu modo de vida, e tem o processo migratório como uma dessas estratégias. Rodrigues salienta que:

A migração é a forma como o capital torna móvel a força de trabalho para as regiões onde ele dinamiza. A necessidade de circulação do capital pelo espaço, principalmente com a globalização, faz com que também haja o imperativo de mobilizar mão de obra que possa ser movimentada pelo espaço e, dessa maneira, disponibiliza força de trabalho para a acumulação. A migração de camponeses é parte da questão agrária e da dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo brasileiro, principalmente, a partir do entendimento da relação capital-trabalho (Ibid., p.18).

A partir dessa concepção, o intuito é compreender o processo migratório dos camponeses da Serra do Cavalo e Ouricuri, ambos no estado de Alagoas. Essas duas localidades revelam similaridades no que se refere às migrações sazonais, que tem como destino principal a Zona da mata e Litoral, região leste do estado de Alagoas, onde está localizado o polo industrial sucroalcooleiro do estado.

A migração para essa região específica, são feitas pelos camponeses todos os anos no período da safra, quase todos na condição de cortador de cana, uma profissão que faz parte do contexto histórico do estado, e que mantém a hegemonia como uma das funções do setor que mais emprega trabalhadores. Albuquerque e Caniello (2015) salientam que:

Na realidade de Alagoas, a migração é um fenômeno vulto, seja pela sua trajetória histórica, seja pelo significado econômico, ou fértil campo de pesquisa e análise sociológica que ele representa. A safra canavieira de 2013 ultrapassou os milhões de toneladas e empregou aproximadamente 70 mil canavieiros. A seca 2012-13, fartamente noticiada pelos meios de comunicação, tem sido considerada uma das maiores dos últimos 50 anos. Tal fato contribuiu para o aumento do número de migrantes para a região canavieira (Ibid., p.46).

Isso demonstra certa supremacia do setor, mesmo com o processo de reestruturação produtiva, que ao longo das últimas décadas vem modernizando a produção, o que implica

numa série de transformações nas relações de trabalho como por exemplo: a diminuição do número de trabalhadores que consiste numa intensificação do trabalho por meio de metas a serem batidas. Esse exemplo torna-se importante em ser ressaltado, pois o decorrente disso geralmente implica em fatores como a saúde do trabalhador, assim como sua dispensa quando não atende aos padrões de produção. O setor emprega mais de 100 mil trabalhadores durante a safra em Alagoas, contudo mais da metade é dispensada no término da moagem. Cardoso (2016) assevera que:

O setor canavieiro atravessa um período de reestruturação técnica, produtiva, gestonária e de trabalho, que está impondo novos nuances ao trabalho migrante: diminuição dos postos de trabalho, redução do fluxo migratório, desemprego, intensificação do ritmo de trabalho no corte manual de cana-de-açúcar para aqueles que permanecem, em virtude da equiparação à performance técnica das colheitadeiras, e consequentes repercussões de agravos à saúde dos trabalhadores (Ibid., p.229).

Os camponeses que migram do Sertão tiveram por muito tempo seus deslocamentos vistos sob a ótica da seca severa e que faz parte de um discurso político ideológico. Albuquerque e Caniello (2015) salientam que:

Historicamente, a seca tem sido apontada como a causa da migração. [...]. Entretanto, nos dias atuais, não é a seca determinante no processo migratório. Ela é uma razão secundária e sim deve ser considerada. [...] A migração não ocorre por razões conjunturais, tal como a seca, mais por razões estruturais representadas pelo monopólio da terra. Como bem diz a sabedoria popular da região, o problema não é de seca, é de cerca (Ibid., p.47).

Nesse sentido, a seca não deixa de ser um fator importante, entretanto não se configura como fator principal a ocasionar a migração camponesa. A falta de políticas públicas voltadas para essa classe social torna-se fator predominante e determinantes em seus deslocamentos. O camponês do sertão, espremido no seu pequeno pedaço de terra, não consegue retirar o sustento próprio e de sua família, sendo obrigado a migrar sazonalmente rumo ao leste do estado para vender sua força de trabalho no corte da cana. A pesquisa realizada nas localidades citadas, permite uma melhor compreensão sob o modo de vida desses camponeses, analisando os condicionantes presentes na migração. As reflexões baseiam-se no entendimento empírico, vivenciado durante as visitas realizadas a essas localidades, nos permitindo apreender melhor os fatores que influenciam esses camponeses a preservarem seu modo de vida, durante parte do ano, e deixarem ser subjugados sob o paradigma contraditório do capital, ao se deslocar, como parte da tentativa de reprodução da classe social camponesa.

Albuquerque e Caniello (2015) afirmam que:

A migração periódica não é o fim, mas um meio. O sertanejo chega ao corte da cana, procurando meios para sustentar sua família no período seco, mas também engajado

num projeto de manutenção e melhoramento de sua terra. Esse sentido estratégico da migração campesina escapa a muitos observadores, mas é fundamental para entender não só o deslocamento sazonal, como, também, o próprio comportamento do migrante enquanto trabalhador canavieiro (Ibid., p.44).

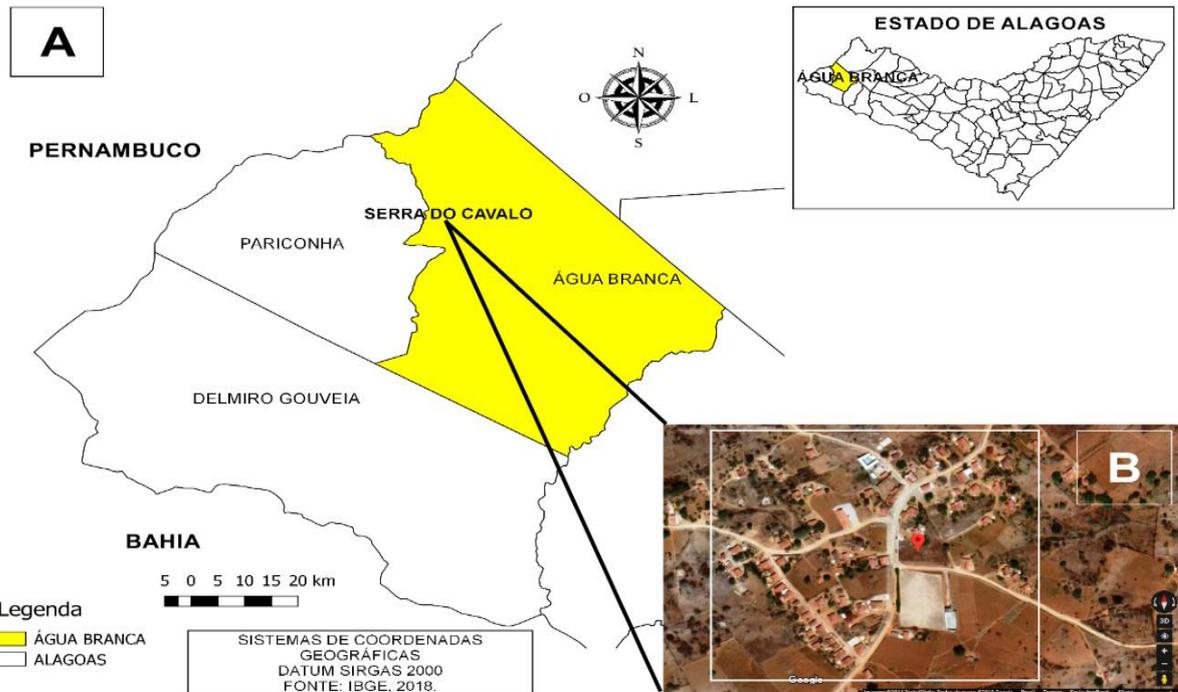
As entrevistas e visitas realizadas na Serra do Cavalo e Ouricuri demonstram que a relação com a terra está presente na fala de todos, no qual a sua auto afirmação como camponês se faz de forma espontânea, e que o deslocamento sazonal rumo ao corte de cana faz parte de suas estratégias de sobrevivência sua e de sua família, assim como a manutenção e até mesmo aumento de sua pequena propriedade.

## 2.2 Migrações camponesas na Serra do Cavalo

A comunidade Serra do Cavalo, está localizada na cidade de Água Branca, Sertão do estado Alagoas, de acordo com a Secretaria de Agricultura de Água Branca possui cerca de 1.300 habitantes, sendo que a grande maioria são camponeses e possuem um histórico migratório bastante conhecido rumo ao setor sucroalcooleiro no Leste do estado. Todos os anos dezenas desses camponeses migram rumo ao corte da cana, atividade responsável até mesmo para o desenvolvimento da localidade, já que os camponeses investem ali mesmo o que ganham durante o trabalho nas usinas.

Outra parte dos habitantes, bem menor é claro, se deslocam para trabalhar na cidade nas mais variadas funções como serviço público, comércio e casas de família; existe também uma ínfima parcela que viaja para outras regiões do país para trabalhar no setor de construção civil, cafezais etc. Os que ficam na comunidade procuram trabalhar na terra caso venham a possuir.

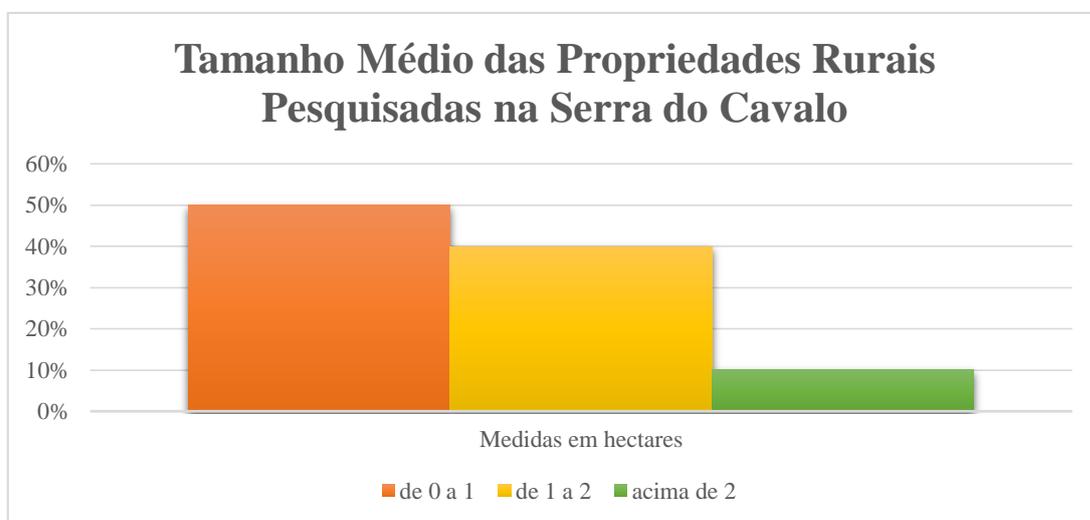
Mapa 1: Localização da Comunidade Serra do Cavalo/Água Branca – AL



Elaborado por: Feitoza, 2018.

Na comunidade Serra do cavalo, as propriedades variam entre 2 e 10 tarefas que equivalem de 0 a 3 hectares aproximadamente, segundo os camponeses entrevistados. Esses minifúndios são utilizados no plantio da mandioca, feijão e milho, e uma parte reservada à criação de gado de corte, caprinos, ovinos e suínos.

Gráfico 01: Tamanho médio das propriedades Rurais Pesquisadas na Serra do Cavalo



Elaborado por: Feitoza, 2018.

O gráfico 01 acima, demonstra que devido a concentração fundiária presente em todo o estado de Alagoas, as terras que mantem um modo de produção campesina não garantem para

o camponês retirar do seu minifúndio o suficiente a sua reprodução, 50% das propriedades analisadas possuem menos de 1 hectare, 40% apresentam medidas que vão de 1 a 2 hectares e somente 10% ultrapassam os 2 hectares. Esses números retratam a dificuldade dos camponeses em se manter estritamente da terra, ocasionando dessa forma os deslocamentos sazonais. E mesmo aqueles camponeses que possuem condições de se manter na terra, com uma propriedade relativamente maior também está propício ao deslocamento como forma de aumentar sua propriedade, investir em criações, comprar bens de consumo entre outros.

Os camponeses que migram para o corte da cana possuem um modo vida simples, voltado à manutenção de sua pequena produção e dos animais que por ventura venham a ter. Durante o tempo que permanecem em casa, período esse que vai de março a abril, o seu modo de vida baseia-se somente no trabalho campesino, seja na sua propriedade, ou de sua família, e até mesmo em diárias remuneradas ou não em propriedades vizinhas. Nesse último caso, a venda da força de trabalho em outras propriedades, geralmente ocorre com alguns camponeses que já possuíram um pedaço de terra, mas que por motivos de necessidade tiveram que se desfazer dele. Os que possuem sua terra alegam que durante o tempo em casa só trabalham para si próprio como relata o camponês migrante:

Quando termina o serviço na cana, a pessoa chega cansado, depois de uns dia, a gente tem que ajeitar nossa terra, plantar se tiver chuva, pode até ajudar uns parentes trocando dias, mas deixar o seu pra trabalhar alugado, faço isso não, o cara não vai enricar dando um dia de serviço perdido, melhor ajeitar o da gente (ENTREVISTADO 1, 47 anos, camponês migrante).

Entretanto, tendo um pedaço de terra ou não a migração na localidade parece inerente a maioria desses camponeses. Durante o período da safra que varia de agosto a fevereiro, a maioria dos camponeses homens com idade entre 19 e 40 anos partem rumo ao corte da cana, principal função que exercem, já que todos os entrevistados ressaltaram ser cortadores de cana, e possuem até determinado prestígio sobre os demais cortadores da região, onde são apontados como “bons no facão” no dizer local.

Rapaz, num é querendo ser melhor que ninguém não, mais os cortador da Serra do Cavalo são afamado na Coruripe, tem caba aqui que tira seus três a quatro mil por mês, faz dez, dose tonelada por dia, os caras são respeitados lá, eu mesmo se a cana for boa, é de dez pra frente. (ENTREVISTADO 2, 36 anos, camponês migrante).

O depoimento revela uma característica bastante conhecida dos trabalhadores do Sertão, que tem como virtude a característica de se adaptar melhor as condições impostas, revelando-se como melhores em especial, o camponês. Entretanto, tal disponibilidade para o trabalho

acaba gerando algumas implicações, principalmente com os trabalhadores que não são camponeses. Albuquerque (2014) assevera que:

De um lado, ele aparece como desprovido de autoestima e de consciência de classe, é acusado de tolerar os abusos extremos dos patrões; do outro, ele é máquina, dócil, pois além de cumprir as rigorosas metas de produção, convive com condições que lhes são hostis (Ibid., p.455).

Toda essa intolerância que existe contra o migrante camponês do Sertão, faz parte da singularidade presente na migração camponesa, que o difere dos demais trabalhadores. O sentido dos deslocamentos concerne na manutenção do que fica para trás, os camponeses da Serra do Cavalo possuem sua propriedade, diferente dos demais trabalhadores, Albuquerque (2014) afirma que:

Por sua vez, o camponês que migra, para a região canavieira tem uma condição os 'da rua' não conhecem. Tem uma atividade de auto casa própria e algum gado, por isso, não raro, lançam um olhar superior, enxergam os *da rua* em condições de inferioridade financeira e patrimonial (Ibid., p. 455).

Entretanto, mesmo a migração ocorrendo de forma consciente e possuindo um sentido próprio do camponês que é sua recriação enquanto classe social, não devemos negar o fato de que o trabalho que realizam possui condições negativas a saúde em sua realização, devido ao esforço físico descomunal exigido desses trabalhadores.

O trabalho lá é pra homem, eu mesmo tô já parando, o corpo véi num agente mais não, tem dia que só vou mesmo bater a meta que é sete toneladas. Tem cara mais novo do que eu que vive adoecendo, se o cara for fraco de serviço num invente de ir cortar cana não, se a saúde não for boa o cara adoecer ligeiro, já vi muitos passando mal no eito (ENTREVISTADO 3, 49 anos, camponês migrante).

O depoimento do migrante revela as condições aviltantes as quais esses camponeses são expostos quando migram para trabalhar no corte da cana. A vida útil para o trabalho do cortador de cana é bem menor se comparada a de outros trabalhadores devido à intensidade e as condições de trabalho a qual estão expostos. Albuquerque (2015) afirma que:

Ao migrar, o camponês tem sua rotina enormemente transformada, seu corpo é submetido a uma rigorosa disciplina, sendo vigiado, bem como exigido de forma cruel. O corte da cana exige costume com o trabalho bruto, pede corpos talhados para grandes jornadas laborais. As duras jornadas de labor nos canaviais, entretanto, maltratam tanto o sertanejo habituado ao ardor do trabalho campesino, quanto o homem da região canavieira, também habituado ao trabalho bruto, porém mais reigente à exploração imposta pelo capital (Ibid., p.46).

A localidade possui inúmeros cortadores que já pararam por motivos de saúde ou porque conseguiram juntar alguma economia, que pudesse fazer com que não migrassem mais. Muitos desses camponeses, que não mais migram, passaram a deslocar para o setor canavieiro muito cedo, e essa é uma característica da comunidade Serra do Cavalo, os jovens, em sua maioria, ao atingir a maior idade já se submetem a mobilidade do trabalho, muitas vezes influenciados por aqueles que viajam a mais tempo, e principalmente para ajudar sua família ou obter uma autonomia financeira própria.

Rapaz aqui quando a gente inteira a idade, tem que viajar, se num viajar num arruma nada, é minha primeira moagem, o cara se passa no começo mais depois melhora, e é nossa única opção. Aqui é bom, dá pra arrumar o que comer, mais o caba quer uma coisa melhor, uma roupa, uma moto, umas criação, tem que ir cortar cana se quiser melhorar a vida, ruim é, mas é o jeito (TRABALHADOR 4, 19 anos, camponês migrante).

A busca por melhores condições faz com que esses migrantes camponeses se submetam a condição sazonal de trabalhador assalariado desde muito cedo, e é a partir dessas condições criadas pelo próprio capital, que a indústria sucroalcooleira dispense suas imposições sobre esses camponeses. Albuquerque (2014) afirma que:

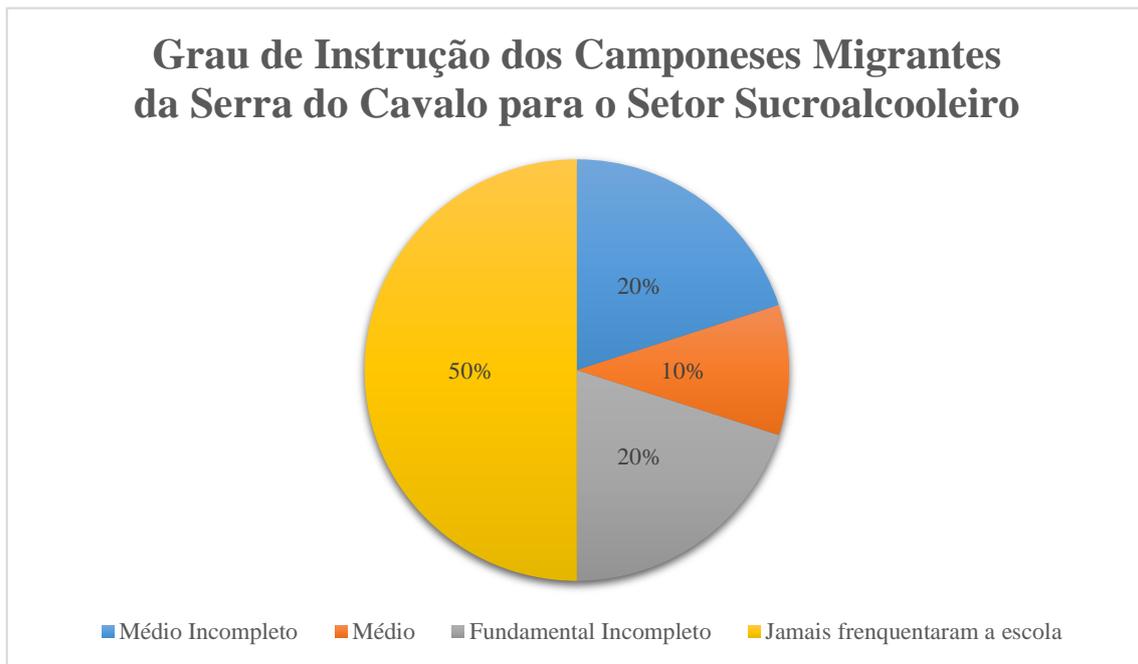
Submetido a gana voraz do capital sucroalcooleiro o camponês tem o seu corpo maltratado e o tempo de sua vida monitorado pela disciplina produtiva inspirada em conteúdos técnicos-científicos cada vez mais elaborado (Ibid., p.256).

Entre esses conteúdos destacam-se as metas a serem cumpridas pelos cortadores e que fazem parte do processo de reestruturação produtiva do setor, que visa maximizar a produção. Albuquerque (2015, p. 54) aponta que “[...] a região canavieira vive uma reestruturação profunda nas últimas décadas. As relações entre capital e trabalho, especialmente, foram alteradas”. De acordo com os camponeses da Serra, a Usina Coruripe – localizada na Fazenda Triunfo – zona rural do município de Coruripe – AL e que é uma das maiores do estado de Alagoas, destino único de 100% dos entrevistados, trabalham com metas de 8,5 toneladas diárias por trabalhador, sendo que esse número pode aumentar de acordo com as demandas da usina. Muitos camponeses entrevistados relataram que suas médias superam 9 toneladas diárias, mas, para que isso aconteça é necessário ultrapassar por vezes o número de horas legalmente a serem trabalhadas. Segundo os entrevistados o fato da família está longe e contando com seu trabalho para sobreviver no período do verão faz com que eles direcionem seu pensamento somente ao trabalho a ser realizado nos detalhes, assim como ganhos melhores. Por esse motivo o camponês se destaca na função e é bem visto no setor sucroalcooleiro como afirma Albuquerque (2014, idem) ao dizer que “O migrante sertanejo é considerado pelos

empregadores como um bom cortador de cana. O bom cortador de cana não é apenas aquele que tem maior tenacidade física e que é capaz de produzir em grande quantidade, mas que o faz cuidando dos detalhes”.

Um fator presente na maioria dos camponeses entrevistados refere-se ao baixo grau de instrução como pode-se observar no gráfico 02:

Gráfico 02: Grau de Instrução dos Camponeses Migrantes da Serra do Cavalo para o Setor Sucroalcooleiro



Elaborado por: Feitoza, 2018.

A partir do gráfico 02, pode-se observar que metade dos entrevistados ou seja 50% jamais frequentaram a escola, seguido dos que possuem somente o fundamental incompleto e médio incompleto com 20% do percentual dos entrevistados e somente 10% concluíram o ensino médio. Tal informação torna-se bastante relevante, pois o capitalista utilizando dessas informações a respeito do baixo nível escolar, tende a usufruir dessa condição dos camponeses para extrair lucros cada vez maiores advindos do não pagamento de direitos, assim como o trabalho excedente não pago. Albuquerque (2014) aponta que:

[...], um exemplo disso foi a adoção de contratos safristas por diversas usinas alagoanas em 2011. Essa medida impossibilitava a soma um ano de carteira assinada a cada duas safras e lhes impediam de receber o benefício do seguro desemprego bienalmente (Ibid., p.456).

Essas medidas são tentativas do capital em fazer com o camponês migrante trabalhe safras a mais, aumentando o tempo necessário para o alcance do seguro desemprego.

As análises que foram feitas acerca da migração dos camponeses da Serra do Cavalo proporcionam o entendimento de que esses camponeses possuem um modo vida peculiar que os faz buscar alternativas para manutenção do mesmo. Durante esse tempo mulheres e filhos ficam incumbidos da responsabilidade de zelarem pela propriedade, os papéis de cada membro da família passam a ser redefinidos a partir das funções que cada um irá exercer. Albuquerque (2015) afirma que:

[...] A família camponesa, lócus privilegiado de análise, é impactada e sofre com a migração de um ou mais dos seus membros. Entre outras coisas, os papéis cumpridos pelos membros da família que ficam são redefinidos e as afetividades de mulheres, jovens e crianças são afetadas (Ibid., p.49).

Entretanto, tais implicações se fazem necessário e constituem-se como parte do processo de reprodução de um modo de vida, além disso, todos os ganhos adquiridos pelos migrantes do corte da cana são investidos na comunidade que ao longo dos anos vem crescendo e melhorando a qualidade de vida das famílias que ali residem.



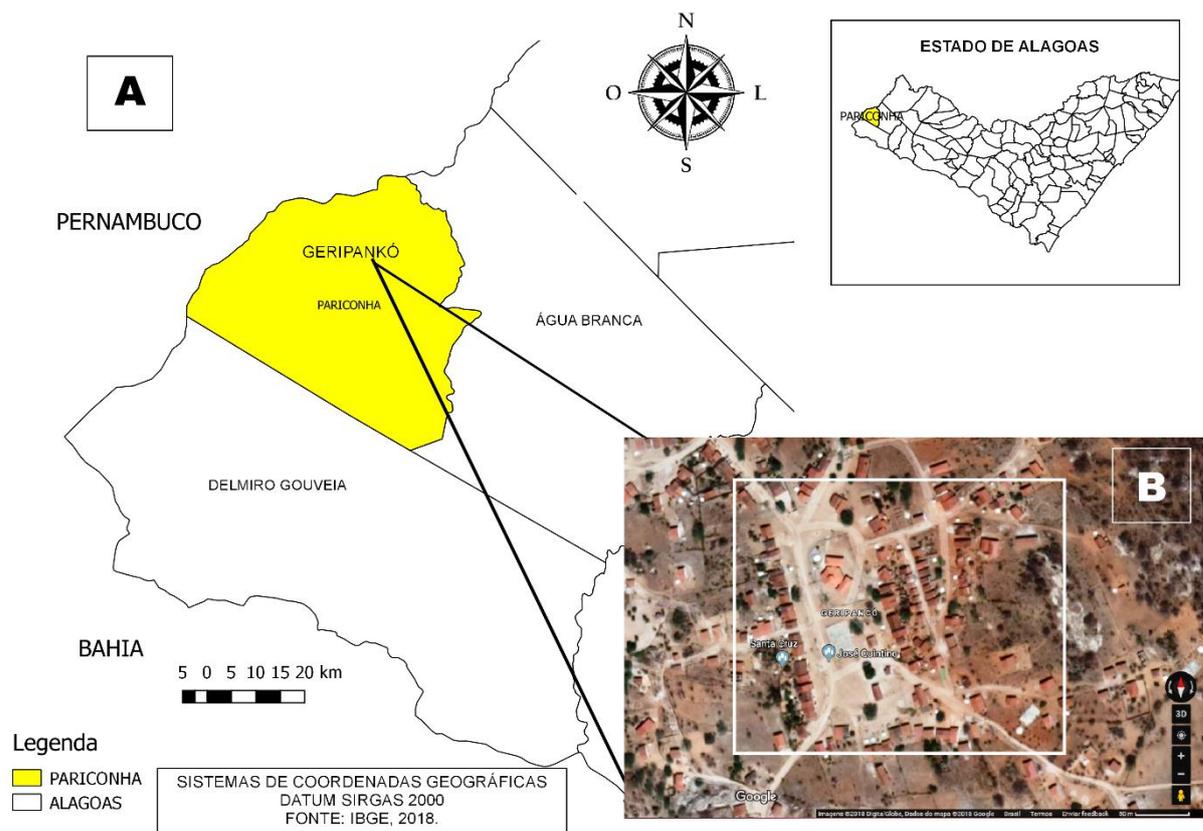
Centro da comunidade Serra do Cavalo. Fonte: Feitoza, 2018.

Assim, a migração sazonal e a subsunção ao capital, consiste em dessas alternativas de reprodução do campesinato, demonstrando que esses camponeses fazem parte e possuem um vínculo identitário como a terra e com sua localidade. Entretanto esses sujeitos fazem parte das contradições presentes no capitalismo, e resistem como forma de demonstrarem sua importância, não como manchas residuais, mas sim, como uma classe social autônoma e provida de ideais que devem ser respeitados e mantidos.

### 2.3 Migrações dos indígenas/camponeses no Ouricuri

A comunidade indígena do Ouricuri, Sertão do estado de Alagoas, possui 283 famílias vivendo dentro do território demarcado. Esses sujeitos em sua grande maioria possuem uma particularidade na sua migração que é o fato de serem camponeses indígenas, o que torna seu deslocamento passivo de análises mais profundas, devido aos direitos que possuem perante o Estado, na preservação e demarcação de suas terras.

Mapa 2: Localização da Comunidade Ouricuri/Pariconha - AL



Elaborado por: Feitoza, 2018.

A comunidade Ouricuri possui uma relação intrínseca com seu território, que vai além do fator sobrevivência, é algo cultural que ultrapassa o sentido empírico. Almeida e Silva (2009) afirmam que:

No modo de vida em que o índio se define, a terra é um espaço-síntese na formação de sua etnia. Seja como meio de produção ou como espaço do ritual, ela é a base fundante do povo Geripankó. Entretanto, à medida que a terra é apropriada ou subordina pelo modo de produção capitalista, ela se transforma no maior problema indígena. É claro que essa relação entre a terra e etnia leva-nos a considerar que os Geripankó não podem ser entendidos fora do processo de afirmação étnica e de sobrevivência dentro do sistema capitalista (Ibid., p. 37).

Para compreendermos essa relação desses povos tradicionais com o território em meio ao sistema capitalista, é necessária uma breve compreensão do contexto histórico dessa etnia, ressaltando como as implicações do capital com o aporte do Estado influenciaram na diáspora dos indígenas aqui no sertão.

O povo Geripankó do Ouricuri<sup>1</sup>, faz parte do tronco Pankáru - indígenas com um contexto histórico bastante antigo, com relatos a partir do início do século XVIII, os Pankáru estão localizados no aldeamento Brejo dos Padres na cidade de Tacaratu – PE. Durante o processo conhecido como *tempo de linhas*, esses indígenas tiveram suas terras diminuídas, ocasionando a dispersão desses indígenas rumo as terras alagoanas, o município de Pariconha se estabeleceram em três etnias Katokin, Karuazu e Geripankó, este último é onde estão alocados nossos pesquisados. Vieira (2010) afirma que:

A perda da terra e o crescimento populacional provocaram o aumento da fome e dos conflitos internos, impossibilitando a permanência de diferentes grupos étnicos em um mesmo espaço. No século XIX, muitas famílias Pankáru migraram em busca de novas terras para trabalhar e reproduzir-se culturalmente, em busca de trabalho ou juntando-se a outros parentes em vários estados do país, a exemplo de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Alagoas (Ibid., p.14).

Em Alagoas, a etnia Geripankó levou décadas para que pudesse ter suas terras demarcadas. Entretanto, apesar do processo de lutas pela demarcação das terras a partir da década 1980, os indígenas não conseguem retirar da terra o suficiente para sua reprodução, o que leva esses camponeses- pois tratam-se sujeitos do campo, a migrarem sazonalmente há décadas. O destino desses deslocamentos é bastante variado, muitos passaram a se locomover para trabalharem em outras regiões do país, a exemplo da região Sudeste. No caso das mulheres, os deslocamentos acontecem para trabalharem na cidade de Pariconha em casas de família, já

---

<sup>1</sup> No nosso entendimento, os indígenas Geripankó do Ouricuri, objeto de nossa pesquisa, têm um modo de vida similar ao modo de vida camponês.

no que concerne ao deslocamento dos homens da aldeia, o principal destino migratório sempre foi para o corte da cana tanto no leste alagoano, como em Sergipe, principais polos de aliciamento desses indígenas.

A mobilidade neste sentido se apresenta de forma ainda mais perversa, por se tratar de povos tradicionais que por lei deveriam ser acolhidos pelo Estado. A FUNAI, apesar de atuar na comunidade, não lhes garante uma segurança de sobrevivência que possa fazer com que esses indígenas – que possuem uma cultura produtiva baseada no campesinato, consigam se reproduzir enquanto povos tradicionais, tornando a migração sazonal algo necessário e inevitável. Almeida e Silva (2009, p.33) salientam que “[...] a luta pela sobrevivência se dá no processo de luta pela terra, o índio é obrigado a se proletarizar, passando a trabalhar nas fazendas ou nas usinas de açúcar”. Assim como no caso dos camponeses da Serra do Cavalo, a migração indígena rumo ao setor canavieiro permite sua reprodução e manutenção do seu modo de vida, além de uma constante luta por direitos negligenciados principalmente no atual cenário político no qual nos encontramos, com medidas e reformas que visam a perda de direitos trabalhistas, privatizações, e a negação por parte do Estado, referente ao aporte e o devido reconhecimento dos povos tradicionais em nosso território.

Na região onde está localizada a comunidade Ouricuri, possui algumas fazendas no entorno da comunidade que emprega grande quantidade de indígenas ao longo do ano para exercerem funções de manutenção das propriedades, ou seja, esses indígenas se deslocam no seu próprio meio:

No verão, a gente viaja pra usina pra cortar cana, quando termina nós volta pra cá pra trabalhar em alguma fazenda, muitos já são certo quando volta. Eu mesmo num tenho terra aqui na aldeia, então quando é no inverno trabalho aí nas propriedades ajeitando as cercas, planto de meia com o dono pra arrumar o feijão quando dá. Mas a viagem é certa todo ano, num tem jeito. (TRABALHADOR 1, 35 anos, Indígena migrante).

É possível observar nesse relato que muitos indígenas não possuem um pedaço de terra para trabalharem, o que dificulta ainda mais sua condição de vida. O fato de muitos não possuírem terra na aldeia é decorrente do crescimento da comunidade, que ao longo das décadas aumentou de forma bastante significativa o seu tamanho, assim como, o contingente de habitantes. Assim, os deslocamentos ao longo dos anos tornaram-se maiores, dezenas de indígenas de todos os gêneros, ou até mesmo centenas deles, migram na condição de trabalhadores assalariados todos os anos. Muitos não retornam e passam a viver na cidade, pois não veem possibilidade de sobreviver na aldeia.



Vista panorâmica da Comunidade Ouricuri. Fonte: Feitoza, 2018.

Os indígenas que migram rumo ao corte da cana ressaltam as dificuldades dos deslocamentos, não somente pelo trabalho, mas pelo preconceito que enfrentam, o indígena, assim como qualquer trabalhador do Sertão sofre com a resistência dos demais trabalhadores, como revela o indígena:

A gente sai daqui porque precisa, mais o trabalho na usina é pesado, ainda tem o pessoal que pega no pé, dizendo que índio preguiçoso, de certo que tem trabalhador melhor que o outro, mais a gente trabalha bem. Tem uns engraçados que fica chamando a gente de amarelo, uns não aguentam e vem logo embora, mas a verdade é que o pessoal tem preconceito com a gente (TRABALHADOR 2, 31 anos, indígena migrante).

O depoimento demonstra que a migração desses indígenas possui uma série de problemas referente a sua condição de indígena, ao se sujeitar ao capital esse sujeito se depara por vezes

com situações adversas à que ele vivencia na sua comunidade. E mesmo que isso faça parte de uma estratégia de sobrevivência, o indígena afastado do seu território, tem seu modo de vida momentaneamente alterado. Para os Geripankó, seu lugar, sua terra, possuem significados múltiplos. Almeida e Silva (2009) afirmam que:

Nesse sentido, é preciso dizer que a dimensão dada a terra pelos Geripankó é aquela que está profundamente ligada à formação do seu modo de vida indígena. Um modo de vida que fez da terra não apenas espaço de produção, mas também espaço de organização política e cultural. [...] Não há como separar ou hierarquizar os usos e significados dados à terra pelos Geripankó. O seu modo de vida foi construído dentro de um modo de produção que influenciou de forma decisiva as suas estratégias de sobrevivência (Ibid., p.40-41).

Dessa forma, a mobilidade do trabalho no caso dos indígenas Geripankó demonstra que no capitalismo, os significados culturais desses povos são deixados de lado em virtude da necessidade de acumulação de capital. Ao condicionar o indígena a migração, o capital transforma momentaneamente o sentido do trabalho e do território para o indígena, o trabalho passa a ter um caráter meramente abstrato nos canaviais, assim como o território torna-se em determinados momentos estranho para esses indígenas.

A gente volta pra aqui nas quinzenas, é raro os que ficam lá, mesmo que seja só um final de semana, nós vem vê a família, brincar com os colegas, e quando tem dança ainda é melhor, nasci aqui na aldeia, viajo por que é o jeito, mas se pudesse num saia não, quando a turma vem no final é só festa, volta pra casa é bom. (TRABALHADOR 3, 28 anos indígena migrante).

Os indígenas Geripankó ao migrarem rumo ao corte da cana possuem dois destinos principais: a Usina Coruripe em Alagoas e a usina São José do Pinheiro em Sergipe.

Tabela 01 - Principais destinos migratórios e atividades exercidas pelos indígenas (camponeses) Geripankós - nos últimos cinco anos.

**PRINCIPAIS DESTINOS MIGRATÓRIOS E ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS INDÍGENAS (CAMPONESES) GERIPANKÓS - NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS**

<b>REGIÕES</b>	<b>CIDADE</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
Leste de Alagoas	Coruripe	Corte da cana	30
Leste de Sergipe	Laranjeiras	Corte da cana	60
Outras	_____	Outras atividades	10
Total			100

Elaborado por: Feitoza, 2018.

Os fluxos migratórios rumo a Sergipe são os mais intensos que para o Leste alagoano como demonstra a tabela 01. A usina São José dos Pinheiros, localizada no município de Laranjeiras – Leste sergipano, passou a competir pela força de trabalho do Sertão alagoano com as usinas do próprio estado devido a disponibilidade e eficiência dos trabalhadores do Sertão.

Eu já tenho cinco anos que viajo pra Pinheiro, já fui pra Coruripe, mas a Pinheiro também é certa, paga direito e dá mais chance pros novos, a Coruripe o cara tem que ser bom, e os cara que levam pra lá tem os certos deles todo ano. A maioria aqui viaja pra Sergipe mesmo, é cana do mesmo jeito, tem que trabalhar seja numa ou em outra. (TRABALHADOR 4, 32 anos, indígena migrante).

A migração de acordo com a fala acima torna-se algo necessário para esses indígenas, até mesmo pelo fato de muitos desses indígenas não possuírem um pedaço de terra, e os que possuem não veem na terra a possibilidade de uma possível ascensão social que possam ter trabalhando no corte da cana por mais explorados que sejam. Esses indígenas preferem ter suas energias sugadas no corte da cana a fim de conseguirem uma ascensão baseada em bens de consumo, que trabalhando na sua terra jamais poderiam alcançar. Almeida e Silva (2009, p.39) apontam que “para encontrar os meios necessários à sua subsistência, o índio precisa trabalhar, e como já não tem a propriedade da terra (numa relação integrada entre trabalho e produção), ele é obrigado a transformar a sua força de trabalho em mercadoria”.

É a partir dessa relação de subordinação ao capital, que se torna cada vez mais intensa, onde pode-se afirmar que os indígenas/camponeses do Ouricuri também se relacionam com o capital. Não devemos criar uma visão idílica desses sujeitos, pois esses indígenas já não vislumbram no seu local a possibilidade de reprodução. Entretanto, os locais onde ficam condicionados durante os deslocamentos, tratam-se simplesmente de redutos, onde ficam alojados para exercerem a função, ou seja, tratam-se de espaços que possuem um sentido único, de certa forma abstrato.

Dessa forma, é no seu local de origem que eles se identificam de forma objetiva e subjetiva, mesmo que esses sujeitos tenham sua sobrevivência derivada de outro território. Assim a condição indígena e camponesa ao mesmo tempo está presente na condição social que se estabelece, demonstrando que esses sujeitos procuram se sujeitar ao capital de forma mais ou menos intensa, mas que seu vínculo identitário, cultural e espiritual com o seu espaço continua prevalecendo mesmo que eles não venham a perceber devido a um determinado grau de alienação o qual estão expostos, que são parte de tentativas do capital em obscurece-las. Almeida e Silva (2009) salientam exatamente isso ao afirmar que:

É nessa relação com a terra que o homem se inscreve como força produtiva e constrói as suas representações. Mas, com a dissolução dessas formas comunitárias de propriedade (em que a terra é produção de valores de uso), surge o trabalhador livre, não-proprietário das condições objetivas de da produção. É assim que desapropria e aliena da terra e da produção (Ibid., p. 38).

Dessa forma, os indígenas tendo ou não uma pequena propriedade, não conseguem nessas se reproduzirem, o que provoca os deslocamentos que são cada vez mais intensos. No caso dos indígenas que não possuem um pedaço de terra, os deslocamentos tanto para o corte da cana quanto nas fazendas vizinhas fazem parte da necessidade de alienar-se ao capital, o que não retira a condição desses enquanto povos tradicionais e que possuem um modo de vida camponês, o que os caracteriza também como camponeses. Os deslocamentos desses indígenas revelam quão esses grupos étnicos foram marginalizados ao longo do contexto histórico, mas que buscam resistir numa sociedade hostil e meramente capitalista. Essa luta consiste numa série de direitos, que tem como primordial o direito à terra, principal elo de ligação desses indígenas com o meio natural. Almeida e Silva (2009, p. 41-42) afirmam que “para os Geripankó, a formação de sua etnia está associada à história de luta pela terra. Nessa perspectiva, a terra é emblemática, um elo entre a singularidade do modo de ser indígena, sua tradição e resistência étnica, - é a base do modo de vida Geripankó”. Ao deixar-se ser subjugado pelo capital, o indígena que também é camponês demonstra sua resistência, deixando explícito que sua cultura e costumes permanece presente na sociedade contemporânea.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo migratório ocorrido na Serra do Cavalo e Ouricuri são reflexos da necessidade do capitalismo em obter por meio da mobilidade desses camponeses, seus lucros, decorrentes da exploração da força de trabalho, entretanto, essa sujeição momentânea à qual o camponês se submete possui características próprias e fazem parte de conjunto de estratégias que visam sua reprodução enquanto classe social.

Devemos aqui ressaltar, que o capitalismo quando passou a reger todas as formas produtivas ao redor do mundo, necessariamente não precisou se territorializar para que isso viesse à acontecer. É evidente que a princípio, sua consolidação principalmente no campo ocorreu por meio da expropriação do homem do campo, porém, ao longo do seu crescimento, o mesmo passou a monopolizar o território camponês. Dessa forma, criou-se uma ideologia baseada no fim do campesinato, o sujeito camponês iria aos poucos sendo substituído pelo conceito de agricultor familiar, produzindo para o capital. Tal concepção torna-se infundada quando analisamos o contexto histórico no qual o camponês se encontra no capitalismo, procurando sempre está inserido no meio produtivo como forma de sobrevivência e reprodução do seu modo de vida.

Dessa forma, devemos afirmar que a classe social camponesa não é estranha ao capital, ao longo da história, esses sujeitos sempre procuram se relacionar com o capitalismo, o camponês não perde suas características porque se sujeita eventualmente ao capital, tudo isso faz parte do processo de recriação do campesinato. Nesse sentido, as migrações sazonais praticadas pelos camponeses da Serra do Cavalo e Ouricuri, rumo ao corte da cana, revelam-se como necessárias à sua sobrevivência, manutenção do seu pequeno pedaço de terra caso venham a possuir, aquisição de bens de consumo entre outros.

No caso do Ouricuri, o fato desses camponeses serem indígenas demonstra que os povos tradicionais também procuram se estabelecer no capitalismo. Muitos desses sujeitos não possuem um pedaço de terra na aldeia, assim, tem no trabalho assalariado sua principal fonte de renda. Não obstante, alguns, até mesmo de forma inconsciente, não se percebe enquanto camponês, dado o grau de alienação à qual está inserido. Porém, a condição de camponês indígena não necessariamente significa que o sujeito precisa possuir um pedaço de terra, ela se estabelece nas relações sociais em que o mesmo está inserido, ou seja, mesmo que muitos tenham que migrar sazonalmente para o corte da cana e ao retornar vendem sua força de trabalho nas propriedades do seu entorno, esses não deixam de ser camponeses, não deixam de

possuir um vínculo com a terra, principalmente por serem indígenas, o significado do território torna-se ainda mais forte.

Portanto, os camponeses da Serra do Cavalo, quanto os camponeses indígenas do Ouricuri, possuem na migração rumo ao corte da cana, uma alternativa de se reproduzirem enquanto classe social, ou povos tradicionais no caso dos Geripankó do Ouricuri. Dessa forma, a mobilidade nesse sentido é tida como resistência as práticas abusivas do capital. Ao migrar, esses camponeses demonstram o quão é contraditório o sistema de produção capitalista, onde ao mesmo tempo em que tenta afastar camponês dos meios de produção, cria alternativas de reprodução do seu modo de vida. Nesse sentido o camponês torna-se inerente ao capital, e que em um movimento cíclico procura sempre se reinventar e resistir numa sociedade cada vez mais capitalista, recriando-se enquanto classe social e reafirmando-se enquanto povos tradicionais.

## REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de; CANIELLO, Márcio de Matos. **Migração: a amarga vida de canavieiro camponês do Semiárido. OLHARES: uma abordagem multidisciplinar sobre o semiárido alagoano/** Cícero Ferreira de Albuquerque, Mairiz Garibotti Lusa, Maria Ester Ferreira da Silva (Org.). – Maceió: Edufal, p. 43-71. 2015

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **MIGRAÇÃO CAMPONESA.** Dominação e resistência ao capital. R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 453-458, julho de 2014.

AMARO, Hélio Leite da Silva. **TERRA, TRADIÇÃO E ETNIA: AS ESTRATÉGIAS DE RESISTENCIA DOS GERIPANKÓ. Índios de Alagoas: cotidiano, terra e poder /** Luiz Sávio de Almeida, Amaro Hélio Leite d Silva (organizadores) – Maceió: EDUFAL, p. 33-58. 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil.** A classe trabalhadora na particularidade do capitalismo brasileiro. 2014.

BECKER, O. M. S. **Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos.** In. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato (Orgs.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BIZERRA, Fernando de Araújo; GOIS, Juliana Carla da Silva. **Estado e Capital: uma ineliminável relação de complementariedade à base material.** R. Katál., Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 77-86, jan./jun. 2014.

CÔRREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século.** 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Tiago Sandes. **CONFLITOS E LUTAS DE CLASSE NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO ALAGOANO.** 2012

CARDOSO, Messias Alessandro. **A FARSA DA LIBERDADE ESPACIAL DO TRABALHO NO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO DO EDR DE ARAÇATUBA-SP.** Revista Pegada – vol. 17 n.2. p. 227-235. Dezembro/2016.

FELÍX, Ingrid Michelle Coelho Sampaio. **Uma breve discussão em torno do conceito de Campesinato.** In: **I Simpósio Baiano de Geografia Agrária,** 2013, Vitória da Conquista: EDUESB, v. 1. p. 01-19. 2013

FIALHO, Aline Farias; SANTOS; Jânio Diniz dos. **Mobilidade do trabalho, trabalho e reprodução da vida no Assentamento do Projeto Casulo/BA.** 2011

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Tradução: Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GEMELLI, Diane Daniela, CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO E FORMAÇÃO DO TRABALHADOR PARA O CAPITAL:** o frigorífico de aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR. Revista Percurso- NEMO Maringá, v. 3, n. 1, p. 39-61, 2011.

GOMES, Fábio Guedes. **MOBILIDADE DO TRABALHO E CONTROLE SOCIAL: TRABALHO E ORGANIZAÇÕES NA ERA NEOLIBERAL. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. V. 17, Nº 32: 33-49 FEV. 2009**

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O LATIFÚNDIO GENÉTICO E A R-EXISTÊNCIA INDÍGENO - CAMPESINA.** Universidade Federal Fluminense. v.4. n.8. 2002 p. 5. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/86>> Acesso em: 03 de setembro de 2018.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A Atualidade do conceito de camponês.** Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 9ªed. São Paulo: Contexto, p.154. 2010

\_\_\_\_\_. **Os Camponeses e a Política no Brasil,** In: Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. **A Chamada acumulação primitiva. V. I. cap.24. O Capital:** crítica da economia política. Livro 1, Tomo II. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENDES, Claudinei Magno Magre. **A questão do Feudalismo no Brasil: um debate político.** Notandum 32, maio-ago 2013, CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto. p. 199-212. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/notand32/12claudinei.pdf>> Acesso em: 04 de setembro de 2018.

MÉSZAROS, István, 1930-Para além do capital: rumo a uma teoria da transição / István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paul: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho)

NASCIMENTO, Tiago Carlos do. **O Caminho para as secas: As imigrações para o Semiárido Setentrional.** Natal, 2015.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **LUGAR DO MODO DE VIDA TRADICIONAL NA MODERNIDADE.** O Campo no Século XXI. Território de vida, de lutas, e de construção da justiça social/ Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques (orgs). – São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

NASCIMENTO, Tiago Carlos do. **O Caminho para as secas: As imigrações para o Semiárido Setentrional.** Natal, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DO MST, 12, 2004, São Miguel do Iguazu-PR. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>> Acesso em: 15 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 184p. 2007

PANT, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. **MOBILIDADE DO TRABALHO: O PROCESSO DE MIGRAÇÃO E SUAS CONTRADIÇÕES NO MUNICÍPIO DE SAPÉ (PB)**. 2016

PRADO JR., Caio. Fundamentos econômicos da revolução brasileira. **Jornal A Classe Operária**, São Paulo, p. 4 e 6. 1947

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: Migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo** / Sávio José Dias Rodrigues. - Fortaleza-CE, p.83, 84. 2016

STEDILE, João Pedro. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: O DEBATE TRADICIONAL – 1500-1960** / João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) -2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304 p. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>> Acesso em: 02 de setembro de 2018.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **(Des)Realização do Trabalho: Se Camponês, se operário! (Repensar Crítico sobre a Classe Trabalhadora no Brasil)**. 2005

## APÊNDICES

**APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA PESQUISA DE CAMPO/  
SERRA DO CAVALO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO/DELMIRO GOUVEIA**

Questionário estruturado para Pesquisa de Campo/ Serra do cavalo

Data da entrevista: 14/07/2018

- 1) Qual o Primeiro Nome do entrevistado?
- 2) Qual a Idade?
- 3) Qual a lugar de moradia?
- 4) Qual o grau de instrução?

Fundamental Completo ( )    Fundamental Incompleto ( )

Médio Completo ( )            Médio Incompleto ( )

Superior Completo ( )        Superior Incompleto ( )

- 5) Mora na Zona Rural ou Urbana?
- 6) Se mora na Zona Rural, é agricultor familiar (camponês)?
- 7) Possui pedaço de terra na Zona Rural onde mora?
- 8) Qual o tamanho da propriedade?

- 9) Quem cuida dessa terra, quando está viajando?
- 10) Há quanto tempo migra para o corte da cana em Alagoas ou Sergipe?
- 11) Quais os motivos da migração?
- 12) Em que atividades costuma trabalhar quando realiza a migração?
- 13) Quais são os destinos (cidades) da migração?
- 14) Em que empresas costuma trabalhar quando realiza a migração?
- 15) Como é feito o contato inicial para a migração (existe algum intermediador)?
- 16) Quanto tempo costuma permanecer longe de sua casa, quando realiza a migração?
- 17) Já abandonou o trabalho em alguma empresa por achar que estava sendo explorado?
- 18) Considera difícil o trabalho que realiza ao migrar?
- 19) Quais as principais dificuldades que apareceram no trabalho nos últimos anos?
- 20) Quando viaja, faz isso de forma consciente, como forma de sobrevivência?
- 21) Retorna periodicamente a sua casa? Se sim, por quê?
- 22) Indique as atividades econômicas trabalhadas sazonalmente e as cidades por que passou nos últimos cinco anos.

23) Durante o tempo que passa em casa, costuma vender sua força de trabalho para fazendeiros vizinhos?

24) Se houvesse condições de viver da terra em seu lugar, você migraria?

**APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO PARA PESQUISA DE CAMPO/  
OURICURI**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO/DELMIRO GOUVEIA**

Questionário estruturado para Pesquisa de Campo/ Ouricuri

Data da entrevista: 19 /07/2018 e 11/08/2018

1) Qual o Primeiro Nome do entrevistado?

2) Qual a Idade?

3) Você é indígena?

4) Qual o lugar de moradia?

5) Qual o grau de instrução?

Fundamental Completo ( )      Fundamental Incompleto ( )

Médio Completo ( )              Médio Incompleto ( )

Superior Completo ( )            Superior Incompleto ( )

6) Mora na aldeia ou na cidade?

7) Se mora na aldeia, você é agricultor ou considera-se um camponês?

- 8) Possui pedaço de terra na comunidade onde mora?
- 9) Qual o tamanho da propriedade?
- 10) Quem cuida dessa terra, quando está viajando?
- 11) Há quanto tempo migra para o corte da cana em Alagoas ou Sergipe?
- 12) Quais os motivos da migração?
- 13) Em que atividades costuma trabalhar quando realiza a migração?
- 14) Quais são os destinos (cidades) da migração?
- 15) Em que empresas costuma trabalhar quando realiza a migração?
- 16) Como é feito o contato inicial para a migração (existe algum intermediador)?
- 17) Quanto tempo costuma permanecer longe de sua casa, quando realiza a migração?
- 18) Já abandonou o trabalho em alguma empresa por achar que estava sendo explorado?
- 19) Considera difícil o trabalho que realiza ao migrar?

20) Quais as principais dificuldades que apareceram no trabalho nos últimos anos?

21) Quando viaja, faz isso de forma consciente, como forma de sobrevivência?

22) Retorna periodicamente a sua casa? Se sim, por quê?

23) Indique as atividades econômicas trabalhadas sazonalmente e as cidades por que passou nos últimos cinco anos.

24) Durante o tempo que passa em casa, costuma vender sua força de trabalho para fazendeiros vizinhos?

25) Já sofreu preconceito por ser indígena nos lugares onde trabalha?

26) Se houvesse condições de viver da terra aqui na aldeia, você migraria?